



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

FELIPE BRIAN DOS SANTOS FURTADO
RYANA LAURÍCIA GOMES SILVA

O AMAPÁ: A MENTALIDADE / MITO DE UM VAZIO DEMOGRAFICO NA
AMAZONIA NOS ANOS 1776-1940

MACAPÁ/AP

2017

FELIPE BRIAN DOS SANTOS FURTADO

RYANA LAURÍCIA GOMES DA SILVA

**O AMAPÁ: A MENTALIDADE / MITO DE UM VAZIO DEMOGRAFICO NA
AMAZONIA NOS ANOS 1776-1940**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de História da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharelado em História, sob orientação do Professor Dr. Iuri Cavlak.

MACAPÁ/AP
2017

FELIPE BRIAN DOS SANTOS FURTADO

RYANA LAURÍCIA GOMES DA SILVA

**O AMAPÁ: A MENTALIDADE / MITO DE UM VAZIO DEMOGRAFICO NA
AMAZONIA NOS ANOS 1776-1940**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado seguindo todas as normas e propostas e foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pelo Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá, em 16/10/2017

Orientador: Dr. Iuri Cavlak

1º Avaliador – Msc. Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

2º Avaliador – Msc. Rafele Costa Flexa

DEDICATÓRIA

Primeiramente agradeço a Deus por permitir alcançar e não desistir dessa graduação.

Aos meus queridos pais Luís Anselmo da Silva Costa e Maria Aparecida Gomes dos Santos por acreditarem no meu sucesso e não medirem esforços para investir na minha educação e de minhas irmãs. A minha amada mãe em que tenho plena admiração por seu exemplo de força.

As minhas estimadas irmãs Brunna Rafaelly Gomes Silva e Daniele Karolliny Gomes Silva agradeço pelas inúmeras vezes em que fizeram papel de ouvinte em longos discursos debatidos em vésperas de apresentações.

Ao meu esposo Diego Bruno Dos Santos Santana pelo carinho, amor, paciência, companheirismo e incentivo dedicados a mim.

E a minha filha Maria Ísis Gomes Santana em que proporcionou uma surpreendente realização pessoal.

As maravilhosas amigas Aldeliza, Amanda e Rachel pelas inúmeras experiências em que me fizeram perceber que a vida acadêmica vai além de pesquisas.

Aos professores Adalberto Paes, Carmentila Martins, Cecília, Dorival dos Santos, Lara, Simone por momentos de inspirações, cobranças e estudos.

Ao meu companheiro de trabalho Felipe Brian por sua facilidade de lidar com tantos percalços impostos por mim e outros eventos atípicos.

Ao nosso orientador Yuri em que fez parte deste feito com plausível dedicação.

E também aqueles que de forma direta ou indiretamente fizeram a alegria e diminuíram o peso da nossa vida acadêmica. Á todos obrigada!

RYANA LAURÍCIA GOMES DA SILVA

DEDICATÓRIA

A Deus pela coragem, força e paciência dadas no decorrer do curso e no desenvolvimento deste trabalho. A meus pais Amaro da Graça Furtado e Maria da Providência dos Santos Furtado que me deram a educação necessária para que me tornasse o ser humano que sou, me apoiando em todos os momentos. Ao meu orientador Yuri Cavlak, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube e suas correções e incentivos. À minha esposa Claudiane Boian Reis pelo carinho, amor, paciência e companheirismo dedicados à mim nessa fase de minha vida. A minha companheira acadêmica Ryana Lauricia pela cooperação e dedicação durante toda a graduação. A todos que de alguma forma também se tornaram importantes em todo o percurso de minha vida acadêmica, obrigado.

FELIPE BRIAN DOS SANTOS FURTADO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos ao Professor Iury Cavlak pelas orientações, conselhos, leituras, apoio incondicional. Sem sua ajuda, este presente trabalho não se concretizaria da forma que queríamos.

Aos professores do Curso de História Bacharelado, que foram antes de tudo amigos e companheiros de discussões e debates acerca tantos assuntos ao longo dessa grandiosa jornada que foi a graduação.

Aos amigos de Curso de História Bacharelado, que ao longo do curso se mostraram amigos sinceros e verdadeiros.

“A cultura amazônica [...] sobressai na congregação dos vários Brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida, sobretudo, pelos poderes públicos, pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual”.

Leandro Tocantins

RESUMO

A pesquisa em questão trata da mentalidade de um vazio demográfico na Amazônia a qual envolve o Amapá, no período de 1776 a 1940, pois as terras do Cabo Norte, ao longo dos anos, foram motivos de conflitos e interesses diversos, principalmente no que consiste às riquezas que ali se encontravam. Assim, o problema que motivou esta pesquisa surgiu da seguinte indagação: como se deu a construção da mentalidade / mito de um vazio demográfico na Amazônia nos anos de 1776 a 1940? Contudo, mesmo com os vários movimentos de pessoas que para lá iam com intuito de explorar a região, muitos ainda viam a região amazônica, notadamente a região do estado do Amapá, como um vazio que teria de ser solucionado através de políticas públicas. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo discutir como se deu o processo de construção da mentalidade / mito sobre o vazio demográfico na região. Destacando, também, como as políticas públicas foram direcionadas a dar fim a este suposto vazio.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário, Cabo Norte, Estado, Demografia.

ABSTRACT

The research in question deals with the mentality of a demographic emptiness in the Amazon, which involves Amapá, from 1776 to 1940, because the lands of the North Cape, over the years, were reasons for diverse conflicts and interests, mainly in what consists to the riches that were there. Thus, the problem that motivated this research came from the following question: how did the construction of the mentality / myth of a demographic emptiness in the Amazon occurred in the years from 1776 to 1940? However, even with the various movements of people who went there to explore the region, many still saw the Amazon region, notably the region of the state of Amapá, as a void that would have to be solved through public policies. In this sense, the present work aimed to discuss how the process of construction of the mentality / myth about the demographic void in the region took place. Emphasizing, also, how the public policies were directed to put an end to this supposed emptiness.

KEYWORDS: Imaginary, North Cape, State, Demography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO: PLANTANDO DISCÓRDIA NAS TERRAS DO CABO NORTE	14
1.1 UM BREVE MOMENTO DA HISTÓRIA DO CABO NORTE	14
1.2 – OCUPANDO O QUE É SEU: A COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA DO CABO DO NORTE	15
1.3 – CONTRADIÇÕES E GUERRILHA INTELECTUAL: O QUE DIZIAM SOBRE O CABO NORTE DOIS ESTUDIOSOS DO BRASIL E DA FRANÇA	19
1.4 – LA CONDAMINE: UM ILUSTRE À SERVIÇO DA COROA FRANCESA	20
1.5 – A OUTRA VISÃO DO PARAÍSO: ALEXANDRE FERREIRA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O BRASIL	22
2. CAPÍTULO: A TERRA DE NINGUÉM E DA ESPERANÇA: AS DICOTOMIAS DA REGIÃO DO CABO NORTE PARA BRASIL E GUIANA FRANCESA	27
2.1 – A FRONTEIRA ENTRE CABO NORTE E A GUIANA FRANCESA: CONFLITOS À VISTA	27
2.2 – TERRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO: AS TROCAS DE IDEIAS NO CONTESTADO	29
2.3 – O AGENTE FANTASMA: O NEGRO NA AMAZÔNIA	31
3. CAPÍTULO: TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ: A CONQUISTA DA SOBERANIA E A “CONSTRUÇÃO DA CIVILIDADE” NO NORTE DO BRASIL	35
3.1 – REGIÃO DO AMAPÁ: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA AO LONGO DOS ANOS	35
3.2 – TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ: CRIAÇÃO E ELEMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DE OBJETIVOS POLÍTICOS	36
3.3 – A CHEGADA AO TERRITÓRIO E A “CONSTRUÇÃO DA CIVILIDADE”	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso abordará a temática do suposto ‘vazio territorial’ que existe nas plagas da região norte, em especial, as terras do Amapá. Nas linhas seguintes, explicamos como este pensamento persistiu ainda nos anos de 1930 na administração do governador Janary Nunes.

A ideia desse tema se deu na problemática de como se deu a construção da mentalidade / mito de um vazio demográfico na Amazônia nos anos de 1776 a 1940, no qual a Amazônia, desde o período colonial até ao ciclo da borracha, vive e persiste num grau muito alto de vazio demográfico, e para tanto, políticas públicas são necessárias para sanar esse problema. Para tanto, é primordial a produção deste trabalho que vejamos um lado mítico, político e social que, desde os idos dos seiscentos, perdurou no imaginário brasileiro e nortista.

Desejando, com a produção deste trabalho, contribuir para o desenvolvimento e talvez para o preenchimento de algumas lacunas que possa existir na historiografia amapaense ou quiçá, brasileira, no que se refere a temática da história política e social, tendo como objeto o estudo da importância de quebrar paradigmas e estereótipos da região amazônica e mostrar que aqui vivem e sobrevivem vários povos e gentes que querem contribuir com seu suor para desenvolver estas terras ditas ‘vazias de gente’.

Na historiografia brasileira temos referências no qual a temática ‘vazio demográfico’ e ‘deserto verde’ foram analisadas por vários estudiosos, no qual tentaram entender em como tal problemática se firmou no imaginário amazônico e, sobretudo, para quem não entendia suas características primordiais. Neide Gondim exemplifica bem este modo de pensamento do imaginário sobre a Amazônia:

As diretrizes que nortearam as ações do estado e do mercado na e para a região incorporaram pré-conceitos acerca da natureza e da sociedade amazônicas, que sobrevivem, mesmo na atualidade, sobretudo no senso comum. As ideias de “vazio demográfico”, a indolência do caboclo, a exuberância da floresta entre outras, constituem estereótipos construídos historicamente, inspirados inicialmente por crônicas de viajantes e naturalistas que produziram relatos de viagens pela região ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, carregados de elementos do imaginário fantástico coletivo europeu. Como emblemáticos desse constructo lendário, destacam-se a crença na existência do El Dorado e das mulheres guerreiras – Amazonas (GONDIM, 1994)

Vazio demográfico, vazio verde, densas áreas a serem habitadas. Assim eram as principais características que o imaginário e o conceito de Amazônia eram percebidos por quase todos que não conheciam, a fundo, as muitas riquezas que a região podia dispor.

Para a produção e desenvolvimento deste trabalho realizou-se, primeiramente, um estudo e posterior levantamento bibliográfico de obras que abordassem o assunto sobre a área do Cabo do Norte, da Amazônia e sobre as grandes políticas demográficas na região. É importante frisar que tal levantamento de autores que versam sobre a região amazônica seguiu uma seleção, isto é, estudos que versavam não unicamente sobre habitantes e vazios demográficos, mas também as várias ações humanas em tentar entender este vazio imaginário.

Deste modo, foi recorrente o uso das obras “Amazônia, fronteiras e identidades: Reconfigurações coloniais e pós coloniais” (Guianas – séculos XVIII-XIX), de Flávio dos Santos Gomes e Jonas Marçal de Queiroz, e a também a primordial ajuda da obra “Entre conflitos, negociações e representações. O contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX”, de Francilene do Socorro Santos Cardoso, que foram a base principal para as duas primeiras partes da produção deste presente trabalho. Ademais, foi valioso o uso de artigos diversos que versavam sobre a temática ‘vazio demográfico’, e o seu uso literário e imaginário sobre tal problemática no norte do Brasil.

Produzimos este trabalho na consciência de mostrar uma outra visão e sair do lugar comum, isto é, tentar analisar as consequências que as terras do Cabo Norte, nos idos coloniais, eram vistas pelo governo português e constatar que o pensamento de vazio na imensidão amazônica não havia mudado mesmo nos tempos da década de 1930.

Feitas as devidas análises e posteriores estudos acerca da problemática encontrada e o seu direcionamento estrutural, a produção foi feita a partir das perguntas e dúvidas que envolviam o por que de tais políticas públicas, num segundo momento, ainda conter uma solução para o problema encontrado pelo vazio demográfico encontrado nas terras amazônicas. Para tal, este presente trabalho segue uma organização, a seguir:

No primeiro capítulo, realizamos uma abordagem historiográfica sobre as terras do Cabo Norte, mostrando primeiramente como tais plagas foram, em primeiro plano, abandonadas pelo governo português, na época dos seiscentos. Também, analisamos que devido a esse descaso por parte do governo, essas vastas áreas sempre foram motivos de ambição por parte dos países expansionistas, quais eram, Espanha, Inglaterra e, principalmente, França.

A produção do segundo capítulo foi realizada no propósito de descrever e analisar os conflitos que existiram nas terras do Cabo Norte entre Guiana Francesa e Portugal, devido ao suposto território cravado de riquezas minerais encontrados na região. Foi feita também uma pesquisa sobre o grande fluxo existente nas duas fronteiras, mostrando que a região conhecido por Contestado foi uma área repleta de troca de ideias, produtos e pessoas, no qual derruba a

suposta tese de que em tais áreas eram um vazio que teria que ser resolvido a qualquer maneira.

A mão do estado brasileiro em resolver o vazio demográfico e trazer pessoas de fora da região, junto com grandes obras e fábricas diversas, foram uma das formas encontradas pelo Estado Novo, no qual o governador do Amapá na época, Janary Nunes, teve um papel relevante. Estas e outras análises sobre a atuação do governo federal junto ao recém criado território federal do Amapá será o que pretendemos demonstrar no terceiro e derradeiro capítulo.

Tentar, sim entender em como tal problemática ainda persistia nas décadas de 1930, notadamente após a criação do Território federal do Amapá e da instalação da mineradora ICOMI. Contudo, não deixamos de pormenorizar tais questões em favor ou contra os planos de crescimento demográfico na região.

Decerto, tal constatação sobre o vazio demográfico encontra-se enraizado numa matriz dita capitalista e de grandes investimentos que tem, como um dos objetivos, habitar este vazio.

Essa complementaridade natural entre regiões está suposta na definição de colonização como "ocupação de terras novas", sendo um componente ideológico fundamental o mito da fronteira aberta. Deixando de lado a sua eficácia ideológica, o desenvolvimento de tais colônias de povoamento coloca para os economistas uma questão mais básica: a de como importar as relações de produção necessárias ao funcionamento do capitalismo na colônia. (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 111)

As várias formas de se entender a ação política no período colonial até aos anos de 1900 mostrou-se capaz de fomentar uma mentalidade ainda persistente, que cultivou como será mostrado nas linhas abaixo, um pensamento urgente de delimitar este vazio a um baixo número de repetições em áreas inabitáveis, isto é, era necessário agir de forma a acabar com um suposto vazio existente em um grande plaga chamada região amazônica.

1. CAPÍTULO – PLANTANDO DISCÓRDIAS NAS TERRAS DO CABO NORTE

1.1 – UM BREVE MOMENTO DA HISTÓRIA DO CABO DO NORTE.

As terras do Cabo do Norte, localizada ao extremo norte do Brasil, foi uma das regiões que mais despertavam curiosidade dos aventureiros que por lá viajavam, principalmente ávidos pelas notícias maravilhosas de suas descrições, que a destacavam como um paraíso na terra, um lendário povo amazônico. Passando o período de encantamento por esta região, ainda assim essas plagas manteve seu imaginário entre os novos navegantes que por aqui circuncidavam o território amazônico (COELHO, 2001: 23).

O período das grandes navegações teve não só êxitos em suas empreitadas, como salvaguardou uma melhora nos estudos envolvendo essas novas regiões descobertas, isto é, o imaginário deu lugar ao cientificismo, ao estudo detalhado dos homens, plantas e fauna ali encontrados, sendo objeto de estudo das mais variadas formas. Por isso, segundo Mauro Cézar Coelho:

Nos séculos seguintes, no entanto, o lugar do imaginário nas motivações das viagens e na elaboração dos relatos se vê relativizado. Não quer dizer que o conteúdo imagético tenha sido deixado de lado, ou mesmo que tenha exaurido a sua força [...] Sugerimos, todavia, que a permanência europeia no Vale Amazônico e as mudanças ocorridas no cenário europeu o redimensionou, de modo que não mais constituiu-se em mecanismo estrutural dos relatos das viagens pela região (COELHO, 2001: 25).

As posteriores ocupações a que a região esteve envolvida por vários países desejosos de suas futuras riquezas descobertas fez com que o Cabo do Norte iniciasse uma corrida marítima entre portugueses e demais potências. Para ficar apenas no tocante ao nosso estudo, aprofundaremos mais adiante no corrente conflito entre a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa.

Maria Fernandes Bicalho (1999) analisa que a conquista do chamado “Mundo Novo” e a colonização da América pelos navegantes europeus mudassem o olhar do “imaginário” dos novos colonizadores destas novas terras, ou seja, sai o imaginário e entra, deste modo, “a abertura de novas fronteiras mentais e geográficas para o saber ocidental” (BICALHO, 1999: 17).

Essas premissas de colonização e a posterior ocupação que fizeram do pequeno território situado ao extremo norte, o Cabo Norte, peça fundamental para a aquisição Luso na região, visto que outras potências iam se expandindo, ultrapassando o limite do já velho acordo do Tratado de Tordesilhas, onde Holanda, Inglaterra e França viam nas terras agora de domínio português uma oportunidade de aumentar ainda mais suas posses na região do vale amazônico:

A legalidade da instalação dos europeus nos espaços do Novo Mundo foi tese que iluminou os debates entre os legistas do século XVI e deu margem aos princípios que, de certa maneira, serviam de fundamento ao corpo doutrinário do direito internacional. Justa ou não essa instalação, razoável ou não a iniciativa para a conquista suave, mansa ou não, das multidões nativas que deviam aumentar a cristandade, o certo é que a Europa Ocidental com uma voracidade imensa, realizou a sua expansão sobre o Novo Mundo dividindo-o, seja pelos ajustes jurídicos, seja pela eloquência dos canhões e dos soldados e flibusteiros heroicos. No caso particular da Amazônia, a dúvida maior decorria a propósito do meridiano tardesilhano (FERREIRA REIS, 1993: 47).

A tomada da região do chamado Vale amazônico foi essencial para a Coroa, tanto no âmbito estratégico, como já foi dito, mas também para as pretensões econômicas que se descortinavam a cada passo que se davam no extenso território adquirido.

1.2 – OCUPANDO O QUE É SEU: A COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA DO CABO DO NORTE

A região do Cabo Norte tinha sua importância crucial, visto que para muitos era uma área de encontro com as outras regiões que já haviam estabelecido fronteira com as posses portuguesas na região, como o Grão-Pará. Para tanto, a ocupação desta área era de total importância para a Coroa portuguesa, como nos mostra Arthur Cézar Ferreira Reis:

Sobre o Cabo Norte, notícias constantes, desde o início das guerras contra os “hereges” indicavam aquele ponto como sítio nevrálgico, de que eles se valiam para as entradas e saídas em direção ao vale. Ainda em 1647, após um encontro com um grupo de franceses e holandeses que lá haviam montado feitoria e estabelecendo fortificado, o capitão-mor do Pará, Sebastião Lucena de Azevedo, um soldado intrépido e um governante cioso de suas responsabilidades e de seu nome, escrevia para Lisboa assinalando a importância da posição [da região do Cabo Norte]. Bento Maciel Parente, nas suas considerações sobre as coisas amazônicas, também já tocara no assunto. Todos os informantes das condições regionais repetiam que os perigos de uma irradiação inimiga sobre as águas e terras da Amazônia vinham de lá (FERREIRA REIS, 1993: 46).

Não só pelo tocante estratégico, mas também pelas riquezas naturais que ali se encontrava em abundância, enriquecida pelos relatos dos índios e dos exploradores, que a apelidavam como a “nova Potosí”, em alusão ao território de domínio espanhol rico em minérios (FERREIRA REIS, 1993: 47).

A conquista do extremo norte pela Coroa possibilitou aos portugueses uma área estrategicamente importante, visto que com a manutenção da região as invasões estrangeiras se não cessaram totalmente, fez arrefecer de igual modo, pondo uma relativa equidade na região norte do país.

A análise de Reis sobre a conquista do extremo norte do território português evidencia dois aspectos históricos importantes: primeiro, consolida a empreitada dos portugueses pela

região outrora estipulada no acordo do Tratado de Tordesilhas e, segundo, um marco do domínio de Portugal no tocante a conquista lusa no território amazônico

Em 1614-1615 começou, todavia, a preocupação luso-brasileira para atingir o Amazonas, fronteira natural a marcar os pontos extremos das coroas ibéricas, mesmo na condição de unificadas, como então ocorria. O Conselho das Índias, em 1615, tomará o conhecimento da presença dos estrangeiros. O capitão Manoel de Souza d'Eça, além de outros, apresentara um memorial a respeito. Mas, só depois da ocupação de São Luis, em fins de 1615, vencidos os franceses, a conquista do Amazonas foi iniciada. A 23 de dezembro, reunidos os chefes militares, ficou deliberado o imediato avanço sobre o Amazonas. A armada deixou São Luis a 25 de dezembro. A 12 de janeiro de 1616, fundeava na baía de Guajará. Numa ponta de terra, que lhe pareceu apropriada, Castelo Branco iniciou a ereção de uma casa forte, que denominou Presépio. Castelo Branco, no propósito de melhor assegurar o domínio que se iniciava, em contato com a gentildade presenteou-a com ferramentas, fazendas e mais utilidades de que viera provido e interessavam àqueles primitivos. Depois mandou construir a igreja matriz e habitações permanentes, projetando um núcleo que pôs sob o orago de Nossa Senhora de Bélem (FERREIRA REIS apud COELHO, 2001: 101).

Mauro C. Coelho diz que tal atitude de manter na região conquistada uma medida cautelar contra os estrangeiros, isto é, fortes e ocupações populacionais tinha uma meta que poria fim às preocupações da Metrópole: a expulsão dos estrangeiros e o controle sobre as populações indígenas (COELHO, 2001: 101).

Mauro C. Coelho, baseando-se em Ferreira Reis, indica que passado a fase de conquista e ocupação da região do Vale amazônico, o passo seguinte foi, indubitavelmente, a concentração da manutenção e exploração das riquezas que a terra conquistada lhe ofertou, como mostra o relato de Ferreira Reis

Vencida a partida militar, jogada com tanta decisão contra os concorrentes holandeses e ingleses, contidos os Tupinambás, a colônia, desafogada, cuidou de sua maior estabilidade, vindo ao encontro dos desejos da Metrópole, interessada em que o extremo norte se fosse desvanecendo na utilidade que dele poderia ser auferida. Ora, a estabilidade e a verificação ligavam-se à expansão territorial, à exploração da matéria prima local, e à conquista gentia, portanto a base territorial, a base econômica e a base espiritual indispensáveis (FERREIRA REIS apud COELHO, 2001: 102).

A região que se desenhava para a Metrópole estava fadada ao sucesso, se não a priori, mas ao futuro, a posteridade. Sua importância econômica, estratégica, natural e mineral fez com que a área compreendida a extremo norte do domínio Luso fosse alvo de intrigas, invasões e conflitos, que veremos mais tarde.

Flávio Gomes (1999) escreve que a região amazônica nos idos do quinhentos foi um território que despertava nos portugueses uma dedicação acirrada e prioritária, se não pelas autoridades, mas pelos missionários, por vários motivos, tanto territoriais, econômicos e estratégicos.

A região amazônica não ficou, necessariamente, refratária ao processo de colonização. Enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam

atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do Nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e viajantes aventuravam-se. Era um movimento que criava caminhos. E surgiam as fronteiras. Essas, não só espaciais. Apareciam aquelas humanas com variados grupos indígenas. Aqui é acolá tentava-se o povoamento. A economia de plantation seria tentada. Sobravam terras, mas faltavam capitais e, posteriormente, mão-de-obra (GOMES, 1999: 12).

As autoridades portuguesas não se importavam, num primeiro momento, em povoar ou inserir a região em seu rol como produtora de riqueza. Ao contrário dos missionários, que a viam como uma vasta região que podiam enriquecer, prosperar, e também alongar as fronteiras da metrópole pela via do povoamento.

O olhar das autoridades por estes lados do extremo norte foi mudando gradualmente ao longo das descobertas de longas áreas cultiváveis, agricultáveis e que necessitaria, por fim, de arregimentar colonos e escravos para habitar, cultivar e proteger estas plagas, o que levaria o governo do Grão-Pará a fazer todo o esforço possível para manter tais terras em mãos lusitanas.

O grande estudioso francês La Condamine, em sua famosa viagem filosófica na região, já escrevera que a região do Cabo Norte, em especial a de Macapá, como “um solo elevado de dois ou três toesas ao nível da água, onde existe somente a beira do rio que é coberta de árvores, dentro a terra é um espaço unido, o primeiro que eu chegue a encontrar em toda essa natureza depois da cordilheira de Quito” (LA CONDAMINE apud ACEVEDO MARIN, 1999: 36).

Para a consolidação destes esforços, foi necessária a vinda dos colonos da antiga vila de Mazagão, expulsos pelos Mouros, para realizar a difícil tarefa de dar a esta terra uma nova cara, uma nova realidade, ou seja, fazer com que a terra recém adquirida seja aos olhos estrangeiros uma possessão legitimamente lusitana. Mendonça Furtado admoestou os novos colonos que ali habitaram a arcar as consequências advindas com as novas dificuldades que viria, como falta de mantimentos e de víveres, ferramentas e mão de obra indígena. Acevedo Marin descreve como se deu a administração da nova terra onde os colonos iriam habitar:

As terras do Cabo Norte receberam um sopro de povoamento, com a entrada de famílias embarcadas em Lisboa, com os escravos introduzidos da África e os indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico. Macapá, situada a 36 léguas do Cabo Norte, foi o epicentro desse movimento. Entre as famílias vindas para estes núcleos, fez-se a divisão das terras, algumas afetadas pelas marés litorâneas e que, por serem mais difíceis de cultivar, foram abandonadas. Fundou-se a Vila de Macapá, no ano de 1758, embora as primeiras instruções dadas à João Baptista de Oliveira para estabelecer uma nova povoação e fortificação datassem de 1751, ano de entrada dos “Ilheos Açorianos” e das Ilhas Canárias e Ilha Graciosa por ordem do rei D. João V (ACEVEDO MARIN, 1999: 39).

Macapá foi um dos primeiros empreendimentos feito pelo governo Grão-paraense, pois se avizinhava ao território dos franceses, a Guiana, que ao contrário dos domínios luso-

brasileiro, estavam se dissolvendo aos poucos, perdendo posses após o Tratado de Paris (1763), na qual o exemplo guianense serviu de estímulo e alerta do fracasso da possessão francesa na região amazônica (ACEVEDO MARIN, 1999: 39).

As várias instruções dadas aos novos colonos pela administração eram que fossem cultivados algumas arroz, mandioca, e alguma exigências acerca ao vício da preguiça, da qual era necessária extirpa-la da comunidade recém chegada. Era primordial ter afinco ao que a administração do Grão-Pará exigia, honrar a nova oportunidade dada aos colonos ou punir a quem desrespeitassem tais regras.

As doenças, fugas, mortes, e requisição de mão de obra escrava eram os inúmeros percalços que dificultavam a administração da nova vila de Macapá, que piorava ainda mais com a construção da Fortaleza, no qual todos os mantimentos e víveres, e mão de obra, iam para o empreendimento, o que causava aflição e falta de autonomia da parte dos colonos com a administração da Metrópole.

A expansão de fato da economia da região foi atingida no decorrer nos anos 80 daquele século, com a diversificação dos produtos cultivados, e também pela chegada de novos escravos, provenientes do Pará, para trabalharem na construção da Fortaleza de Macapá. Com isso, a função primeira da elaborada condição de se habitar tais plagas contra os invasores ia de vento em popa, ou seja, a população ia aos poucos expandindo e povoando as terras recém adquiridas pela Coroa. Diz Acevedo Marin:

Alguns administradores de Macapá e Mazagão incentivavam mais a agricultura, mesmo que esses núcleos funcionassem mais como reserva militar e salvaguarda da fronteira. Identifica-se uma primeira ambivalência do projeto: colônia agrícola e guarnição militar, de tal forma que frequentemente as autoridades deslocaram ou indicaram muito tangencialmente o lugar da agricultura em favor do segundo interesse (ACEVEDO MARIN, 1999: 43).

Ocupar e povoar. As exigências dadas aos novos colonos eram simples e ordenadas nessa dualidade, no qual a agricultura do arroz foi a principal cultura e produto exportado para outras paragens, principalmente as cidades ribeirinhas do Pará. A colonização era uma exigência Real dada a Mendonça Furtado, onde a aliança com os Jesuítas, um inimigo futuro da Coroa, era necessário no momento.

No momento, povoar a qualquer custo era somente uma possibilidade, não havia outra ideia em mente pelas autoridades: “não me pareceu que nada estava primeiro do que povoar o Macapá”, nas palavras de Mendonça Furtado, o que indica que a aliança com os religiosos era proeminente e necessário:

Nas aldeias do Cabo Norte, que nesta instrução vos encomendo muito cuideis logo estabelecer, e as mais que se fizerem nos limites desse Estado, preferireis sempre os padres da Companhia, entregando-lhes os novos estabelecimentos, não sendo em terras que expressamente estejam dadas a outras comunidades; por me constar que os ditos padres da Companhia são os que tratam os índios com mais caridade e os que melhor sabem formar e conservar as aldeias, e cuidareis no princípio destes estabelecimentos em evitar quanto vos for possível o poder temporal dos missionários sobre os índios, restringindo-o quanto parecer conveniente (MENDONÇA FURTADO apud RAVENA, 1999: 75).

As exigências sugerem que o tipo de colonização do Cabo Norte deveria ser em conjunto primeiramente com os religiosos, pois tinham experiência. Posterior a isso, a ocupação foi a dualidade ocupar-guarnecer militarmente, ou seja, salvaguardar a região contra a invasão estrangeira.

1.3 – CONTRADIÇÕES E GUERRILHA INTELECTUAL: O QUE DIZIAM SOBRE O CABO NORTE DOIS ESTUDIOSOS DO BRASIL E DA FRANÇA.

As viagens marítimas dos primeiros viajantes que aqui aportavam nas novas terras descobertas, principalmente as regiões da Amazônia, persistia nos relatos mágicos e maravilhosos das terras recém adquiridas, no qual as viagens de Francisco de Orellana e seus agentes foram os disseminadores deste mundo imaginário. Mauro César Coelho relata que tanto Orellana quanto o frei Gaspar de Carvajal em seus relatos vislumbravam as paisagens, dando-lhes nomes grandiosos, como por exemplo Eldorado, cidade mítica onde tudo era feito de ouro, e as paragens amazônicas, lugar das mulheres guerreiras.

As questões do Cabo Norte, como a conquista por parte dos portugueses seguiu-se uma disputa diplomática entre Brasil-portugal e a França, de quem de fato seria o senhor do território. Segue-se a isso as uma disputa intelectual feita por dois estudiosos, um de cada lado interessado, pelas informações adquiridas em suas viagens, na qual relatam em seus diários uma vasta gama de descrições das áreas do Cabo Norte

Duas viagens põem em discussão uma parte específica do imenso território amazônico: as terras do Cabo Norte. Trata-se de uma região tida como vital para as nações envolvidas no controle da região, pois margeia a foz do grande rio, além de concentrar terras vistas como excelentes para a criação de gado. Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira, em meio ao percurso que traçaram pela Amazônia, ocuparam-se com estas terras. A reflexão sobre os seus escritos poderá elucidar algum argumento que consubstancia este texto: seus relatos representam uma inflexão na literatura de viagens pela América, que se refere ao duplo movimento apontado três parágrafos atrás; nesse sentido, elaboram um conhecimento que, por um lado, apresenta uma visão científica da natureza e do homem amazônico e, por outro, contribui para a discussão acerca das diferenças que saltam de uma análise comparativa envolvendo-os, evidenciam como a subordinação às determinações metropolitanas implicou uma compreensão distinta da paisagem – natural e humana – que vislumbravam (COELHO, 2001: 30)

Crucial questão intelectual colocaria dois estudiosos em prol de colocar interesses de seus respectivos países como donos das áreas desejosas e ricas. Contudo, fazer um apanhado historiográfico e fazer uma comparação dos relatos e suas importâncias para cada país envolvido, seja pelo viés econômico seja pelo lado territorial, constitui um trabalho importante para entendermos duas mentes brilhantes neste arcabouço político da época.

1.4 – LA CONDAMINE: UM ILUSTRE À SERVIÇO DA COROA FRANCESA

La Condamine, segundo Coelho, já viera várias vezes à região amazônica, com intuito meramente científico. Coelho (1999) cita que o historiador Olivério Mário Oliveira considerava as viagens de dois holandeses, Willen Piso e de George Marcgrav como as primeiras excursões de cunho científico por estas terras.

Mauro C. Coelho estranha o esquecimento por parte de Olivério M. Oliveira pelo estudioso francês, visto que se não foi, de fato, um dos primeiros, foi talvez a mais importante, ao lado de Alexander Von Humboldt, a percorrer a Amazônia em sentido científico.

Suas contribuições condensam-se propriamente ao estilo científico, na qual afirma que as primeiras expedições portuguesas tiveram a ausência do olhar “intelectualizado” dos primeiros viajantes (COELHO, 1999; 2001). As razões para a ausência do fator científico dos viajantes portugueses seriam de duplo fator: a cultura portuguesa, muito católica e religiosa, tributária à essa religião, e a política Lusitana, que proibia a iniciativa, qualquer que fosse, de ideias contrárias aos seus interesses, seja quais fossem (COELHO, 2001: 31).

O autor cita que viajantes a serviço de Portugal-Brasil e de outros países foram citados por La Condamine como aferição de seus posteriores estudos sobre a região amazônica. Segue-se a isso os estudos de Alexandre Rodrigues Ferreira e de José Bonifácio de Andrada e Silva, na qual mesmo com seus esforços, não foram colocados lado a lado com outros mais ilustres. Exemplo da política lusitana de destituir ideias: os relatos de Alexandre Rodrigues foram colocados de lado por motivos invejosos; a de José Bonifácio foram abandonados por motivos futuros da causa nacionalista brasileira (COELHO, 2001: 31).

La Condamine, segundo Arthur C. Ferreira Reis, teve livre acesso pelos lados amazônicos por dois motivos distintos, mas de certa forma interligados, no que tangia a demarcação dos limites franco-brasileiro: a primeira é a afirmativa de que La Condamine estava preocupado em si somente com o caso científico dos estudos da região e por esta assertiva não foi encontrado nele um perigo em relação da consolidação Luso-Brasileira na região, isto é, seus estudos não poriam em perigo os domínios portugueses no vale

amazônico; a segunda é que seus estudos tiveram apoio das autoridades francesas para propor uma assinatura que pusesse fim aos conflitos na fronteira da região platina, isto é, na região discordante das possessões lusas na região do Prata (COELHO, 2001: 32).

Dos muitos detalhes que permeiam os relatos da viagem de La Condamine estão no famoso “Breve histórico de uma viagem da América Meridional, desde a costa do mar do sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o rio das Amazonas; lido assembleia pública da Academia de Ciências, em 28 de abril de 1745”, relato que detalha a sua viagem de volta à França. Pelo entendimento de La Condamine, os relatos seriam enviados para a academia, pois seriam mais úteis se usados pela ciência do que o Estado em si.

A rota escolhida pelo estudioso foi o rio Amazonas, visto que era uma trajetória diferente e pouco usado pelos viajantes em geral. Contudo, mais uma vez, diz ele que sua viagem era estritamente elucidativo e científico:

Tomei a determinação de escolher uma rota quase ignorada, na certeza de que ninguém me invejaria: era a do rio das Amazonas, que atravessa todo o continente da América Meridional, do ocidente ao oriente, e que passa, por razão, por ser o maior rio do mundo. Propunha-me a tornar essa viagem útil, levantando um mapa desse rio e recolhendo observações de todo tipo que teria oportunidade de fazer numa região tão pouco conhecida (LA CONDAMINE apud COELHO, 2001: 34).

Ao longo de sua viagem, La Condamine enxerga um mundo muito diferente a que estava acostumado nos anos em que estava em Quito, região montanhosa e de pouca diversidade. Na região amazônica, por outro lado, via-se deslumbramento, tanto pela sua beleza natural quanto pela humanidade amazônica, os índios (COELHO, 2001: 36) O intelectual faz diversos estereótipos desses novos tipos “humanos” diferentes para ele. Ao longo de suas descrições acerca aos indígenas, vai revelando seu lado naturalista e intelectual, na qual, como já foi escrito nas linhas acima, que os índios eram gentios, preguiçosos e indolentes. Uma visão do intelectual francês nos dá uma amostra sobre o que pensava sobre os habitantes locais:

A insensibilidade constitui a base desse caráter. Deixo em aberto a decisão de honrá-la com o nome de apatia, ou aviltá-la com o nome de estupidez. Nasce provavelmente do número reduzido de suas ideias, que não se estende além de suas necessidades. Glutões até a voracidade, quando têm como satisfazer-se; sóbrios quando a necessidade a isso os obriga, até prescindir de tudo, sem parecer desejar nada; pusilânimes e poltrões ao extremo, se a embriaguez não os transporta; inimigos do trabalho, indiferentes a todo motivo de glórias, honra ou reconhecimento; unicamente ocupados do objeto presente e sempre determinados por ele; sem previdência e de reflexão; entregando-se, quando nada os constrange, a uma alegria-pueril, que manifestam com saltos e imoderadas explosões de riso, sem objetivo e sem propósito – passam a vida sem pensar envelhecer sem sair da infância, da qual conservam todos os defeitos (LA CONDAMINE apud COELHO, 2001: 38).

Os aspectos descritos por La Condamine sobre os indígenas, que para ele eram apenas glutões, preguiçosos, insolentes, não estava entrando em contradição, mas apenas refletindo seu pensamento intelectual e seu mundo naturalista europeu, e como filósofo Ilustrado, acreditava nas vantagens e nas prerrogativas que a civilidade – calcadas na educação – traria para estes “gentios”(idem).

Não somente o indígena e seu exotismo chamaram a atenção do viajante ilustrado. Seus modos e costumes também foram motivos de descrição de La Condamine, principalmente os óleos, a linguagem, a utilidade do mundo natural. Discorreu também sobre o mito e a superstição das Amazonas, mulheres guerreiras que habitavam as terras do extremo norte. Sua consideração a este tema foi conclusivo, além de supor que tal mito foi fruto de falta de bom senso por quem acreditou nessas histórias fantásticas (idem, 42-43).

A planície e a terra foram estranhas ao viajante francês, devido aos seis meses que viajou somente nas margens do grande rio das Amazonas. Ademais, a sua consideração estritamente ao engano do Tratado de Utrecht, caso que não se alongou por demais, devido ao seu conhecimento de que os portugueses, de fato, tinham interesses mais diversos pela região em questão.

O artigo de Utrecht que parece fazer do rio Oiapoque e do rio de Pinzón um único e mesmo rio não impede que eles estejam efetivamente a mais de 50 léguas um do outro. Esse fato não será contestado por ninguém que tenha consultado os mapas antigos e lido os autores originais, que escreveram sobre a América antes do estabelecimento dos portugueses no Brasil (LA CONDAMINE, 1992: 117).

Para Mauro César Coelho, La Condamine não se interessou pelo erro gerado pelo mapa entre os dois rios e suas verdadeiras fronteiras: antes de tudo, ele estava a serviço da ciência, e não do Estado, situação muito diferente dos filósofos e Ilustrados de Portugal, que conjugavam o saber político e científico em serviço e a favor da pátria Mãe (COELHO, 2001: 43-44). A missão de La Condamine, portanto, foi estritamente científica e ligada à academia.

1.5 – A OUTRA VISÃO DO PARAÍSO: ALEXANDRE FERREIRA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O BRASIL

Ao contrário de La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira não via somente a descoberta científica apenas restrito à academia ou aos projetos científicos que tais descobertas poderiam angariar. O luso-brasileiro desenvolveu-se sob a égide do Estado português (COELHO, 2001: 44). Mauro César diz que esta disposição de Rodrigues Ferreira em discutir as posses lusitanas na região amazônica em favor de Portugal derivou do histórico

das academias lusitanas, que foram construídas por apoio e ordem do Estado, e tal esforço se desenhava em que todos os futuros trabalhos feitos por estes ilustrados eram amplamente usados pelo Estado em favor do Império e das descobertas futuras (Idem).

Na sua obra *Propriedade e posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal*, de 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira expõe as dificuldades e possíveis soluções a que esta área estava inserido na crise de demarcação das fronteiras. O conteúdo da viagem e suas descrições baseou-se principalmente na coleta e nos estudos portugueses de outrora:

Trata-se de um empreendimento que consubstanciou, em si, a ilustração portuguesa e as políticas do estado português para a região amazônica e central do território colonial americano. Significativo nesse sentido, é o amplo serviço desenvolvido por Alexandre Rodrigues Ferreira: coleta e envio de produtos naturais para a metrópole; classificação de animais e plantas, segundo o método lineano; descrição e análise das culturas indígenas, segundo critérios desenvolvidos pelo pensamento ilustrado; descrição das vilas e povoados portugueses nas regiões percorridas; análise sobre as possibilidades econômicas dos locais visitados; distribuição de sementes; educação para a agricultura; elaboração de trabalhos que contribuíssem para a disputa territorial da região (COELHO, 2001: 45).

Tudo foi catalogado e expedido para a metrópole num processo de litígio contra a fronteira com a Guiana Francesa. Ao final de pouco mais de nove anos, Alexandre R. Ferreira percorreu mais de nove mil quilômetros, e produziu, com isso, uma diversidade de pranchas com desenhos de animais, plantas, engenhos e uma infinidade de conhecimento útil tanto para a metrópole quanto para a ciência. O que mais foi importante em sua produção e para Portugal foram os mapas e as descrições, estudos de mineralogia, enfim, tudo que estivesse em suas mãos para legitimar a posse das terras visitadas para os lusitanos, sua tarefa principal.

Segundo Mauro César Coelho, Alexandre R. Ferreira não visitou as terras do Cabo Norte, mesmo fazendo um estudo minucioso e significativo de suas considerações acerca das terras do extremo norte. Na sua obra citada, Alexandre Ferreira tem em seu bojo principal teses e inventários que documenta e atesta que Portugal era dona dos domínios demarcados e disputados por outros países fronteiriços. Deste modo, segundo Mauro C. Coelho, Alexandre se distanciou dos filósofos ilustrados no que tangia ao método e ao estilo usado por estes, que produziam uma literatura histórica, com perfil filosófico, sem com isso atentar com as evidências das provas colhidas (COELHO, 2001: 46).

As diretrizes de sua obra, ou seja, a função principal do estudo da área incumbida por Alexandre era mostrar e provar que tais territórios eram de Portugal, dono legítimo e de

direito, com bases históricas, bases sociais e econômicas. Seu conhecimento em ciências humanas fez com que tais bases de elucidação fosse eficaz para a reunião de provas e formatação das ideias. Dessas ideias, temos um fragmento dessas elucidações do autor sobre o Cabo Norte

Que as terras do Cabo do Norte, situadas entre o Rio das Amazonas e o Oyapock ou Vicente Pinçon, são privativas da Coroa de Portugal, exuberantemente se mostra de Direito e de Facto (FERREIRA apud COELHO, 2001: 46).

Alexandre Ferreira listou os fatores que dariam à Portugal a posse destas terras em quatro prerrogativas: o descobrimento e a conquista – das quais Portugal adquiriu domínio; o consentimento dos indígenas aqui subjugados pelos colonos – que confirmou a posse definitiva das terras; as despesas despendidas pela Coroa, ao longo dos anos – que sustentou o descobrimento e as conquistas; e finalmente, o reconhecimento legal dado pelas outras potências interessadas pelas terras adquiridas por Portugal – principalmente a França (Idem).

As provas defendidas por Alexandre Rodrigues Ferreira guiaram-se pelo ideal naturalista e humanista do filósofo, pois suas palavras advinham dos históricos de outras publicações e dos autores que estudaram as terras do Cabo Norte, como por exemplo os espanhóis que estudaram o rio Amazonas ou Vicente Pinzón, que Alexandre Ferreira discutiu que estes espanhóis viajantes apenas descobriram o rio, mas não conquistaram o território em questão, o Cabo Norte, em 1531.

Até as agruras que o ilustrado luso-brasileiro defendeu em contradição, como no caso do Tratado de Tordesilhas, foi alvo de defesa constante deste. Se o tratado justificou o expurgo dos franceses, não vedou também a conquista pelos portugueses do território além do limite do tratado. Tal argumento foi visto por Alexandre Ferreira como nula, pois o que importou foi o consentimento dos naturais indígenas pelos portugueses.

Quando Alexandre Ferreira atribuiu a amizade dos colonizadores com os indígenas para a clara aferição que a Coroa de Portugal era de fato dona destes territórios, ele de fato apenas deu seu entendimento numa questão ainda muito cara ao governo português, isto é, os lusitanos insistiam que gastando tempo e dinheiro com o desenvolvimento da região por eles seria justo a aquisição destas terras por Portugal e nenhum outro país mais.

Para Mauro César Coelho, os relatos e as descrições feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira, além de demonstrar serviço ao Estado, trata-se também de relatos apaixonados e com conteúdo idealizador, que apenas tem o objetivo de enaltecer as ações lusitanas na região do extremo norte ao longo dos anos e, que por todas essas incursões e administração nestas

plagas, teria o direito natural de posse, principalmente nas áreas em litígio (COELHO, 2001: 49-50).

Mas nem por ser um entusiasta a serviço da Coroa Alexandre R. Ferreira deixou de tecer suas críticas e desagrvos em direção ao governo e aos administradores da região. Em relação ao trato com os indígenas, foi um ferrenho crítico das políticas coloniais e das ações civilizatórias feitas pela Coroa, ou seja, era mais profícuo a separação entre a política colonial e a ação de “humanizar” os índios, pois trazia prejuízos ao vínculo civilizador.

Outra questão que estavam nas suas críticas foram as despesas e as legislações feitas nestas regiões. Mauro César Coelho diz:

Portugal [...] investira um cabedal que lhe garantia a posse das terras do Cabo Norte: preparara armadas para o descobrimento e conquista da região; patrocinara reconhecimento e custeara as primeiras explorações; procedera ao transporte e estabelecimento de famílias, com o fim de povoar a terra; fundara e conservara praças, fortalezas e presídios, mantendo guarnições militares que as garantissem; promovera a demarcação dos limites das suas posses com as das nações confinantes; destruíra a Sociedade Jesuítica, permitindo a união de índios sob o poder de sua Majestade; criara vilas, lugares e povoações para a civilização dos mesmos índios; fundara Igrejas, sustentara párocos, regulares e índios.

As despesas representariam, então, o esforço português em fomentar melhorias no espaço amazônico, através da subordinação da terra e dos homens ao poder de sua Majestade. Poder-se-ia objetar, mais uma vez, que com esse relato Alexandre Rodrigues Ferreira estaria se utilizando de um artifício para fundamentar os interesses portugueses. Tendo já afirmado que os naturais consentiram com a conquista, agora adicionava supostas benesses que Portugal promovera, de modo a consentimento. Esse artifício seria evidente, dado o caráter da exploração da relação colonial, fator que o naturalista, como representante do Estado, tinha completo domínio.

O último ponto do direito são os Tratados reconhecendo a autoridade portuguesa. O naturalista recupera os de 4 de março de 1700, 16 de março de 1703 e 11 de abril de 1713, que defenderiam a fronteira como sendo o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. As leis apareciam, então, como corolário das ações de direito que permitiriam o direito natural de Portugal à região do Cabo do Norte (COELHO, 2001: 51-52).

Com estes argumentos e relatos, Alexandre Rodrigues Ferreira enumerou as conquistas e as ações que faziam de Portugal legítimo dono das terras do extremo norte, ou mais precisamente em questão, do Cabo norte. De certa forma, segundo Mauro César Coelho, Alexandre Rodrigues Ferreira contestou o tratado de Tordesilhas porque tais áreas fronteiriças não evidenciaram realmente a posição de Portugal contra a França.

As viagens de La Condamine e de Alexandre Rodrigues Ferreira foram distintas tanto no que tange o conhecimento da área explorada quanto o papel dado a cada viajante nas terras do Cabo Norte, isto é, o papel de divulgar o que foi estudado e catalogado. Suas viagens foram diferentes em termos de resultados, segundo Mauro César Coelho

Evidencia-se, assim, a distinção já referida, envolvendo as duas viagens. Enquanto Charles-Marie de La Condamine ocupava-se com a natureza e a geografia das terras do Cabo Norte, restringindo a sua preocupação com as questões de estado a uma rápida observação, Alexandre Rodrigues Ferreira estendia-se, justamente, sobre o

segundo ponto. Ambos permaneceram mais de oito anos na América e produziram uma reflexão sobre a região, contudo, algo os diferencia (COELHO, 2001: 53).

Mesmo passando o mesmo período de tempo na região amazônica, os ilustres viajantes tiveram pensamentos díspares entre si, seja no campo intelectual, seja no serviço prestado por eles no que tange ao propósito das viagens realizadas por ambos na Amazônia.

2. CAPÍTULO – A TERRA DE NINGUÉM E DA ESPERANÇA: AS DICOTOMIAS DA REGIÃO DO CABO NORTE PARA BRASIL E GUIANA FRANCESA

2.1 – A FRONTEIRA ENTRE CABO NORTE E A GUIANA FRANCESA: CONFLITOS À VISTA.

Na incumbência de habitar o Cabo Norte e fortalecer a posse da região contra os franceses, que neste período já ocupavam a fronteira com o Brasil, o governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, manifestou seu desejo de estabelecer um povoamento naquela região, na qual referiu àquele espaço como uma terra rodeada de “maus vizinhos” mas constituída de “boas terras” (RAVENA, 1999: 63).

A colonização da Amazônia, de acordo com Rosa Acevedo Marin e Flávio Gomes (2003) pode transmitir uma ideia de colonização sem nenhum conflito, controlado pelas duas partes envolvidas, com cada governo fazendo o seu melhor para garantir a segurança com fim de se evitarem as fugas, tanto de escravos quanto de soldados (ACEVEDO; GOMES: 2003: 71).

As movimentações entre as duas fronteiras, de acordo com Jonas Marçal Queiroz e Flávio Gomes (2002) redefiniam as fronteiras físico-administrativas para se transformarem em fronteiras “humanas”, fronteiras imaginárias onde transitavam negros escravos, soldados desertores, mocambos, índios. Franceses também circulavam nestas plagas com intuito de comerciar os seus produtos (QUEIROZ; GOMES; 2002: 26). Frisa-se que a fronteira imaginária, segundo estes autores, não decorreu em perda ou ganho de territórios para ambas as partes dos dois lados.

As fugas decorrentes, principalmente dos negros fugidos e dos índios, era a preocupação primeira das autoridades, receosas em findar as fugas e rebeliões, na qual decorria uma perda na economia tanto no lado brasileiro quanto do lado guianense. O governo do Grão-Pará era um dos mais receosos na perda dos fugitivos, seja pela parte econômica que advinha a falta de mão de obra, como também a falta de índios e soldados para salvaguardar o território contra os estrangeiros (ACEVEDO MARIN; GOMES, 2003: 71-72).

Flávio Gomes (1999) analisa que o objetivo do alistamento militar na região amazônica visava controlar a população livre, isto é, negros, índios, mestiços e outros. O sentido, neste caso de alistamento, era simplesmente, segundo Gomes, “era menos militar e sim o controle sobre o trabalho” (GOMES,1999: 200). Para esse controle social, era imperioso ao governo que empregasse índios, por seu conhecimento das florestas, caso houvesse fugas - fugas estas que ocorriam quase diariamente - visto que estes índios, junto com os outros fugitivos, os guiavam mata adentro (Idem).

As relações entre as duas nações envolvidas nas fugas em suas fronteiras começaram a ter atritos permanentes entre suas colônias, na segunda metade do século XVII. Muitos casos foram resolvidos via ação diplomática, neste caso os mais fáceis e descomplicados. Os casos mais complicados, ou seja, a devolução de escravos para seus donos de origem foram os mais difíceis e desgastantes, visto que a falta de mão de obra escrava era crônica entre os lados da fronteira, e cada um não queria perder tais trabalhadores (ACEVEDO MARIN; GOMES, 2003: 73).

A região do Amapá – justamente a que divisava com a Guiana Francesa – era a que mais causava apreensão. Com a ajuda de comerciantes e grupos indígenas, negros escravos, tanto do lado português como do lado francês migravam à procura de liberdade. Desde 1732 existia, porém, um tratado internacional assinado pelas duas Coroas, acordando a respeito das devoluções de negros fugidos. As disputas territoriais tornavam, entretanto, o controle e o policiamento dessa área cada vez mais difícil. Havia a desconfiança mútua entre França e Portugal com relação aos domínios coloniais da região (GOMES, 1999: 226).

As devoluções não eram recíprocas, cada governo entendia do meu modo se devolvia ou não os fugitivos em seus respectivos território. Casos envolvendo escravos negros eram os mais intrigantes, visto que a perda desta importante mão de obra era imprescindível para as colônias, tanto francesa como a do Brasil.

Os escravos africanos não foram a maioria dos quadros de fugitivos que se aglomeravam em torno da fronteira para chegar ao outro lado. Eram pequenos grupos e sua integração junto à população era escassa:

As regiões de fronteira não foram as mais povoadas por africanos. Do lado francês, a missão e a colônia de Oiapoque eram mal providas. Somente se mantinham em pé graças aos índios, conforme o registro da viagem de Joseph de Chablillan (1742), que informava das guerras travadas entre os índios. Quase da metade do século XVIII, existiam apenas oito fazendas de franceses. Na região do Amapá, do lado luso-brasileiro, o crescimento do número de africanos foi também muito lento. Quando foi incrementada sua entrada, as colônias de Macapá, Mazagão e Vila Vistosa somavam 1.117 escravos, dos quais mais de 10% pertenciam à Câmara Municipal (ACEVEDO MARIN; GOMES, 2003: 78-79)

A indisciplina era um dos motivos apontados pelas autoridades para as fugas dos índios e negros escravos e para as deserções dos militares, feita por pessoas “que agiam de forma semelhante aos escravos” (idem). As causas das fugas iam desde as situações extremas de fome, de castigo e a falta de pagamento de soldo, no caso dos militares. Os escravos negros e índios fugitivos da Guiana Francesa, por sua vez, fugiam para o Suriname, e quando presos pelos holandeses, estes exigiam altas somas de devolução. Tais casos ocorriam na mesma proporção do lado do Grão-Pará (idem: 80).

2.2 – TERRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO: AS TROCAS DE IDEIAS NO CONTESTADO.

As fugas constantes e em massa de negros, índios e militares desertores para o território que se constituiu mais tarde em região do Contestado alarmou as autoridades francesas e brasileiras por vários motivos, tanto econômicos como administrativos e territoriais.

O Contestado foi uma região litigiosa, conflitante e um assunto áspero entre os governos da França e do Brasil. E tal território, para os desertores, escravos fugidos e outros foi um pequeno espaço de chão onde a liberdade se fazia presente, mesmo que condicionada. Os limites territoriais do Contestado foram sendo “alargadas”, isto é, o sentido territorial físico deu lugar a um espaço representativo, onde os limites não eram marcados pelo espaço ocupado, mas sim pelo o que este espaço significou para estes habitantes:

A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto amazônico. Assim com em outros lugares, os fugitivos procuravam formar grupos, desenvolver uma economia ou mesmo buscar alianças com outros setores sociais [...] Fugitivos e quilombolas contavam certamente com ajuda. Ainda que nem sempre, acabavam em certa medida contando com o apoio de índios, taberneiros, donos de canoas e outros escravos [...] A busca de apoios, de alianças e de solidariedade nesta região não tinha, literalmente, limites territoriais. Assim também pensaram os quilombolas e fugitivos do Grão-Pará colonial. Olharam para o outro lado da fronteira e viram alguns colonos e lavradores franceses – não bons amigos – mas parceiros eventuais para trocas mercantis (GOMES, 1999: 233-234).

Francinete dos Santos Cardoso (2006; 2008) diz que os negros e fugitivos que ali habitavam se diferenciavam dos que aqui permaneciam no estado brasileiro, isto é, os negros que habitavam o lado francês possuíam roças, uma pequena propriedade, uma relativa liberdade que os negros do lado do Brasil não possuíam nem pensavam em ter. Para a autora, mesmo com o bloqueio de ambos os lados, o Contestado possuía um fluxo constante de fugas, de idas e vindas, que a cada ano isso aumentava gradativamente:

O contestado foi sendo construído enquanto território de escravos e soldados fugitivos que conviviam com diversos grupos indígenas. Com o tempo, estes passaram a ser apresentados como alternativa à posse da região tanto pelo Estado francês quanto pelo brasileiro. Foi nesse território que tais sujeitos históricos evidenciaram suas próprias concepções de limites territoriais, as quais, dependendo da situação, poderiam estar de acordo com os interesses do Estado francês ou brasileiro. Com isso, afirmamos que as relações sociais concretas não são pautadas no caráter nacionalista, mas sim nas necessidades preeminentes (SANTOS CARDOSO, 2008: 47).

A circulação de ideias e de pensamentos neste território foi eficaz e muito importante para os fugitivos, visto que a troca de ideias dava a nítida preocupação destes habitantes do que se passava em outras cidades ou regiões, principalmente sobre a abolição escravista nas colônias francesas. Mas o que alarmava as autoridades eram as “ideias perigosas”, isto é, a opção de lutar contra o seu senhor ou a fuga coletiva, que seria, por si só, uma garantia de autonomia, mesmo que temporária, para alguns escravos (GOMES, 1999: 288-289).

A região do Contestado foi se transformando, para esses fugitivos de toda sorte, como uma moradia segura, que os tornava “invisíveis” aos olhos das autoridades. Uma população, quase totalmente negra, procurava se articular, se incluir em novos ensejos de informações e autonomia, visto que até mesmo as autoridades já sabiam o que os pretos reivindicavam:

Os nossos escravos sabem, e se lhes deve dar a saber que muito antes que os franceses usassem desta e outras semelhantes máximas já entre nós havia pretos ocupados em portos e empregos, já tinha sido determinado que a cor era acidente que nada influía no caráter do indivíduo, nem o inabilitava para os empregos, e consequentemente devem estar e ser constituídos na certeza que ou sejam pretos, ou mulatos, ou mestiços, logo que as suas ações e as sua conduta os façam dignos de que os mais vassalos gozamos (APEP, Códice 617, Ofício de 24/08/1798, In: GOMES, 1999: 290).

A fronteira com a Guiana Francesa encantava os fugitivos em todos os sentidos, segundo Flávio Gomes. Pela sua proximidade com o território do Contestado, terra para onde iam os fugidos, a fronteira era vista como um novo ambiente de esperanças, uma outra forma de vivência negra.

As fronteiras foram, para as autoridades receosas, um campo minado de idéias revolucionárias e libertárias, na qual era preciso a todo custo frear a fuga constante e a idas e vindas de toda sorte de informações da revolução haitiana. Tudo era motivo de preocupação, segundo Flávio Gomes, desde navios pesados ingleses chegando nos portos de Caiena até a formação de um “partido negro” e a difusão de idéias junto aos mocambos criados em torno da fronteira (GOMES, 1999: 295).

As argumentações das autoridades sobre as difusões das idéias advindas da Europa e do Haiti foram subestimadas, principalmente porque achavam que tais idéias vinham prontas e acabadas, e por isso os negros precisariam de tempo para absorver tais informações. Elas, as autoridades, não viam o limiar e o significado de tais informações absorvidas por estes fugitivos, do qual muito foram representados e modificados de acordo com a situação e a localização do lugar.

Pode-se entender como escravos, fugitivos e desertores que perceberam as novas idéias, fizeram-nas circular e ao mesmo tempo trataram politicamente os medos que senhores e autoridades tinham desses fatos em vários contextos. Os escravos não precisaram, necessariamente, de um suposto “ideário revolucionário” advindo da Europa ou do brado de abolicionistas estrangeiros para implementar seus protestos.

Pelo contrário, poderiam perceber, avaliar e reconfigurar esses momentos com significados próprios (ACEVEDO MARIN; GOMES, 2003: 102).

Com a ocupação de Caiena em 1809 por tropas portuguesas, tentou-se refrear as suspeitas da invasão estrangeira, e com isso, uma pausa nas constantes fugas dos negros escravos e desertores para a área de fronteira. Com a recondução do governo de Caiena para a França, portanto, as fugas voltariam a ser intensas, visto que com a volta de governo francês em Caiena, a fronteira voltou a ser vista como uma possibilidade de liberdade para os que para lá se refugiavam (QUEIROZ, GOMES; 2002: 39).

2.3 – O AGENTE FANTASMA: O NEGRO NA AMAZONIA

Na historiografia da Amazônia os negros foram um personagem à parte dos estudos sobre a Amazônia, e o que mais chama a atenção, na primeira vista, é a negação de sua importância para a cultura, economia e a sustentação que seus braços deram a uma terra ainda jovem, mas, porém pujante como o Brasil. Deveras negações existenciais dão, agora, um espaço a um arcabouço ao negro, com obras que lhes devolvem a importância devida.

Partindo da análise do artigo de Arthur Napoleão Figueiredo “A presença africana na Amazônia” temos uma pequena mas importante base factual e historiográfica da não só presença dos negros na região mas um achado curioso de como as ciências humanas o negligenciou em anos nos estudos importantes sobre a região amazônica (FIGUEIREDO, 2008: 125).

O elemento indígena, o colonizador português e o escravo africano (nenhum deles portador de unidade étnica e cultural), produziram os mais diversos tipos étnicos no Brasil – mulato, mameluco, crioulo, cafuso, curiboca, cabra, caboclo, pardo – representam os elementos básicos na formação de uma sociedade lusobrasileira, posteriormente de uma sociedade neo-brasileira que nos dias de hoje expressa características próprias, definidas de tal modo, que forma uma sociedade nacional. O início da evolução desse conjunto é encontrado no empreendimento da colonização, caracterizado fundamentalmente por um sistema patriarcal, de exploração latifundiária, monocultora e escravocrata, com base na plantação de cana de açúcar introduzida pelo elemento português no nordeste brasileiro. A análise desse processo envolve preliminarmente uma perspectiva de trabalho, pois duas alternativas são oferecidas: a primeira, nos levaria a tratar o tema debaixo de uma visualização global, onde a formação da sociedade brasileira, quer do ponto de vista étnico quer cultural, seria a resultante de atividades econômicas que criaram uma infra estrutura, em torno da qual todas as relações étnicas e culturais se fizeram, dando como consequência, subculturas regionais, configuradas de forma teórica em regiões brasileiras (FIGUEIREDO, 2008: 125-126).

Não é meramente impossível avistar a importância das três raças que comporiam a sociedade brasileira no futuro, na qual cada uma teve um destaque e sua primordial contribuição para tal empreendimento. O que nos interessa, num primeiro momento, é o papel

do negro tangenciado a um segundo plano pela historiografia. Napoleão Figueiredo nos dá alguns caminhos para percorrer.

Para Figueiredo, o grande problema acerca da ideia do vazio amazônico em se tratando da presença negra se dá principalmente pelo viés ideológico, isto é, as formas em como se foram construindo as bases dos estudos sobre a economia e sociedade nestas plagas, contrapondo, deste modo, aos modelos econômicos vistos no nordeste e no norte.

Diégues Jr, partindo das relações entre o meio físico e as condições econômicas, das interações do processo de crescimento demográfico, econômico, social e cultural, e das ocupações dos vazios demográficos, divide o Brasil em regiões culturais, as quais, apesar da aparente diversificação, guardam entretanto um unidade marcante que, por sua vez, caracteriza o que podemos chamar de cultura brasileira. A segunda alternativa envolveria uma visão etnográfica do problema, isto é, o estudo em separado do elemento indígena, do português e do africano, portadores de níveis de cultura diferentes bem como dos demais grupos que, de forma étnica ou cultural, tenham influenciado essa formação, trazendo como corolário normal uma visão da realidade brasileira dos dias de hoje (FIGUEIREDO, 2008:126)

Para o autor, a divisão do Brasil em duas ‘categorias’ distintas, tanto econômicas quanto sociais, seria uma problemática que seria de ser ‘refeita’, sob a perspectiva de reparar o erro. Erro este que se encontrava, num primeiro plano, no tipo de economia encontrada nas terras amazônicas.

As ‘fazendas’, locais genericamente chamados deste modo, foram pontos de encontro ou fixação destas três raças, nas quais a interação, via impositiva ou não, davam mostras de miscigenações. Tal ponto de encontro era tido como importante marco de penetração ou demarcação nas terras ainda tidas como ‘neutras’, tingindo, deste modo, uma marca importante de alargamento das propriedades brasileiras na região impenetrável da Amazônia (FIGUEIREDO, Idem).

Desse modo, as ‘fazendas’ são o meio de encontro do convívio entre patrões e trabalhadores, na qual havia ramificações e interações muita das vezes originando mestiçagens. Mestiçagens essas que originou muitas raças que povoam o vasto território amazônico.

Assim, a ‘fazenda’ constitui a ‘comunidade colonial’ onde com o correr do tempo se estruturam as classes sociais e onde os casamentos e as relações ilícitas contribuíram para a mestiçagem, que, dado o seu maior ou menor relacionamento com o colonizador, fizeram passar grandes propriedades e os bens dos mais afortunados para os filhos das mulatas, mamelucas ou caboclas, caracterizando, conforme condições, atividades econômicas e modos de vida, a ocupação da terra e a ‘tropicalização’ dessa nova sociedade emergente. A montagem de um modo capaz de servir de base para a análise dos elementos culturais que se mesclam nos conduzirá fatalmente à segunda perspectiva de trabalho, qual seja o estudo em separado das contribuições do indígena, do português e do elemento africano, bem como de outros grupos étnicos de cuja mistura emerge a atual sociedade brasileira (FIGUEIREDO, 2008:127)

A miscigenação, segundo Figueiredo, é uma marca indelével da sociedade brasileira, não há como negar a participação das três raças componentes na construção do Brasil em termos de população. Ademais, segue o autor, o fator africano foi, ao longo dos anos, relegado a um segundo plano pela historicidade brasileira devido ao seu papel apenas braçal e, com isso, nada mais acrescentar para a história, apenas a sua cultura tinha algo de ‘valor’ a ser sistematicamente pesquisado neste ínterim de tempo.

Ao índio catequizado e já interligado ao modo de vida do colonizador português à lei Pombalina, quase tudo se passava aos olhos dos pesquisadores receosos de dar uma cara ao Brasil pós colônia, seja uma face mais amainada de colonização superficial, isto é, sem grandes contornos de disputas, ou as mais aguerridas possíveis, descrevendo uma colonização que pregava a escravização total dos indígenas da região. E ao negro, o que lhe restara, além da sua cultura?

Napoleão Figueiredo traça as diretrizes dos autores que foram primordiais, num primeiro contexto, ao estudo do africano e suas relações materiais a que estavam inseridos no Brasil, ou seja, o braço escravizado da economia brasileira.

A etapa seguinte, que representa a situação desses estudos no Brasil, não está mais voltada para a notícia histórica ou sobrevivências culturais, porém á integração do elemento negro, descendente do escravo africano, em uma sociedade de classes, onde se destacam os trabalhos de Fernandes, Cardoso, Ianni, Costa e Pereira (Idem: 129).

A constatação de Napoleão Figueiredo sobre o elemento negro africano não é supor o que aconteceu com sua vida pós África, mas sim sobre sua interação numa terra que lhe era estranha e repleta de castas sociais, o que o autor chamou de sociedade de classes, isto é, definidas de acordo com o poder fundiário da época.

Outros estudos e pesquisadores foram sendo descritos por Figueiredo, o que mostra que o tema negro africano ou suas relações, a partir principalmente de um olhar mais crítico sobre o tema, foi um ponto primordial para se chegar a um ponto de partida: o escravo africano apresentava-se na Amazônia com as mesmas características sociais que do resto do Brasil colonial, com alguma ou pouca diferença de funções, como negro de campo e o negro doméstico (FIGUEIREDO, 2008: 131).

Suas funções na Amazônia não foram apenas de trabalhos braçais no campo ou nas grandes ‘Fazendas’, mas também nas grandes edificações que se tem notícia no território, como foram as fortificações, que tiveram, num segundo plano, a mão de obra africana em vários pontos estratégicos para salvaguardar a região numa possível invasão estrangeira.

Nos outros centros, tais como Ourém, Barcelos, Bragança, Macapá, Boim, Ega, Oeiras, Cameté, Santarém, Serpa, Bujaru, Benfica, Mazagão, Acará, Borba, Vigia,

Vila Vistosa, Arari, Vila Nova de Mazagão, eram utilizados principalmente nas atividades agrícolas, especialmente nos engenhos de cana de açúcar, tais como o do Murutucu, nos limites de Belém; Jaraguari, no Moju; Carmelo, no Tocantins; Cafezal, nas proximidades da Baía de Carnapijó; Palheta, no arquipélago de Marajó e ainda nas áreas das bacias dos Rios Acará, Capim, Moju, Igarapé-Miri e baixo Tocantins; nos trabalhos de Fortificação (Macapá); Olaria (Engenho do Carmelo) e mineração (Borba) (FIGUEIREDO, 2008: 131)

O negro estava inserido em toda sorte de ofício e trabalhos assim dispostos, seja na pecuária, seja na mineração, seja nos prédios públicos como porteiros ou assistentes de manutenção dos prédios, enfim, o negro estava inserido e era esta inserção na sociedade o ponto a ser estudado e entendido pelos pesquisadores.

3. CAPÍTULO – TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ: A CONQUISTA DA SOBERANIA E A “CONSTRUÇÃO DA CIVILIDADE” NO NORTE DO BRASIL

A mentalidade de um suposto vazio na região do Amapá tem início com Getúlio Vargas, notadamente nacionalista e com uma agenda voltada à defesa das fronteiras e riquezas minerais brasileiras. E tendo ajuda, no Amapá, do então governador Janary Nunes.

O ápice da fase do pensamento que o Norte, notadamente o Amapá, fosse um completo deserto de terra encontra-se no governo estadual de Getúlio Vargas, tendo como ajudante-mor Janary Nunes, seu braço feitor para complementar alguns serviços para aumentar a população destas plagas tucujus.

Janary Nunes implementou uma política, como veremos a seguir, de agrupar meios em que a mão do estado fosse presente nos mínimos detalhes e personificou, com isso, uma face em que os atributos estatais estivessem afeitos a quase tudo no cotidiano amapaense.

3.1 – REGIÃO DO AMAPÁ: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA AO LONGO DOS ANOS.

Desde o período colonial, a região correspondente ao hoje Estado do Amapá foi alvo de intensos litígios entre Portugal e várias nações européias. Holandeses, ingleses e, em maior escala, franceses objetivavam a posse da região. Cada vez mais atraente aos olhos estrangeiros, a Coroa portuguesa verificou a necessidade de aparamentar a defesa da região. A construção da Fortaleza de São José (1764-1782) representaria definitivamente a “presença” de Portugal nas terras do extremo Norte da colônia.

O Amapá ganharia destaque junto ao poder central novamente na primeira metade do século XX. A necessidade de se preencher os vazios demográficos presentes no território nacional, bem como resguardar as áreas fronteiriças, ocasionaram na criação dos Territórios Federais, em 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas.

A proposta do governo Federal era estabelecer, nos Territórios, os parâmetros políticos nacionalistas defendidos por Vargas. Na percepção do Governo Central, os Territórios Federais integrariam o país, tanto geográfica quanto simbolicamente, através do fortalecimento do sentimento de patriotismo e identidade nacional, em áreas afastadas do Centro-Sul e até então pouco povoadas. Na medida em que a distância geográfica simbolizava, de certa forma, a distância que separava os elementos sociais e culturais que se pretendiam alcançar daqueles que se verificavam nestas regiões, era necessário proporcionar a “construção da civilidade” nessas áreas longínquas.

3.2 – TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ: CRIAÇÃO E ELEMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DE OBJETIVOS POLÍTICOS.

Discutir os métodos “civilizatórios” pretendidos por Janary Nunes quando de sua chegada para governar o recém-criado Território Federal do Amapá, requer primeiro o entendimento das causas que originaram a criação deste território, durante a presidência de Getúlio Vargas, em 1943. Para tanto, é importante destacar a região do Amapá, apesar da sua distância perante o centro de irradiação político e econômico nacional, em sua importância estratégica e territorial aos interesses do Poder Central, seja no período Colonial, seja no período Republicano.

A região do Amapá, nomeada no passado como Cabo Norte, ganhou destaque junto ao Poder Central desde a época colonial, resultando, como ponto alto, a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782), durante o período denominado como *Período Pombalino*. Os litígios eram uma constante na região, principalmente com os franceses, em virtude da fronteira ao extremo setentrional com a Guiana Francesa.

Os primeiros anos da República trariam ao centro das discussões a necessidade de estabelecer o povoamento efetivo da região. A década de 1920 traria a região do Amapá ao centro de tentativas colonizadoras, de caráter oficial (PAZ, 2013, p.173).

Importante destacar que no ano de criação dos Territórios Federais (1943), o mundo acompanhava os momentos decisivos da Segunda Guerra Mundial, onde tornava-se de extrema importância a garantia da defesa dos interesses geopolíticos, buscando efetivar o fortalecimento dos aspectos soberanos das Nações.

Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro diante da nova conjuntura política internacional, com a necessidade de melhor estruturar a Nação para enfrentar as adversidades decorrentes da situação de beligerância, implementava a militarização de regiões fronteiriças, criando mais companhias e pelotões. (SANTOS, 2006, p. 18)

A proteção das fronteiras nacionais configura-se, então, como elemento sobrepujante para o fortalecimento do Estado. Elementos como a unidade e soberania são característicos e avaliados como preponderantes para alavancar o processo de desenvolvimento e modernização do Estado Nacional.

Cabe destacar ainda que durante o período da Primeira República (1889-1930), o Brasil vivenciara um quadro de notável fragmentação política e administrativa, o que realçava

e fortalecia a existência de mandatários locais, que nem sempre atuavam em consonância com os desígnios do poder central.

Este cenário de um país “fragmentado” constituía-se como empecilho à execução do projeto de consolidação da soberania nacional, que seria moldado através da unidade territorial (que seria alcançada com a delimitação, proteção e povoamento das regiões de fronteira) e da construção de um sistema de hierarquização política, partindo da região central às regiões periféricas.

A chegada de Vargas à presidência, em 1930, seria o ponto de partida para a mudança deste quadro de fragmentação. O discurso integracionista dominante, apoiado por apelos nacionalistas, tinha como objetivo “fazer chegar” o desenvolvimento às regiões mais afastadas do centro político e administrativo nacional, tendo em vista a satisfação dos princípios de *integração e integridade nacional* (SANTOS, 2006, p.23).

O período varguista inauguraria um projeto nacional, que terá no Estado seu idealizador e executor. Este projeto se voltaria, nos últimos anos da década de 30 e nos primeiros anos da década de 40, para a defesa da construção da nacionalidade brasileira a partir da integração das áreas despovoadas e interioranas do Brasil. A identidade nacional, dentre outras vistas, passava a ser a identidade territorial, sem a qual não poderia ser possível a construção do Estado Nacional. (LEAL, 2007, p.34)

É preciso destacar, ademais, que o discurso de integração nacional proposto por Vargas pressupunha a satisfação de interesses políticos e econômicos bem definidos no âmbito interno. Mas, para além disso, a proposta integracionista-nacionalista visava estabelecer o controle da região e seu efetivo reconhecimento perante a comunidade internacional, em um período de conflito mundial, onde a influência e o controle sobre áreas e possessões territoriais poderiam decidir os rumos do combate.

Nesta perspectiva, a preocupação do poder central durante a Segunda Guerra Mundial resultou, dentre outras medidas, no preenchimento do “vazio” demográfico das áreas mais distantes do Poder Central (marcha para o Oeste), amparado pelo discurso da defesa nacional. Dentro deste contexto, destaca-se a criação do Território Federal do Amapá, juntamente com outros quatro territórios. Estes, portanto, estavam inseridos em uma conjuntura mundial vivenciada naquele momento, dentro do contexto geopolítico de manutenção, ocupação e resguardo das possessões limítrofes dos Estados Nacionais.

Os Territórios Federais se caracterizavam pela administração direta do governo federal, através de um governador nomeado. Entre as diversas justificativas para sua criação, encontram-se a proteção das fronteiras e a necessidade de integrá-las à nação, através da economia e da cultura. (COELHO, 2004, p.144)

Dessa forma, em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei 5.812, o presidente Getúlio Vargas estabelece a criação dos Territórios Federais de Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã, Iguaçú e Amapá (SANTOS, 2006, p. 19); regiões afastadas da efervescência política e econômica do Centro-Sul do país, porém de destacada importância aos olhos do Poder Central, por se tratarem de áreas que abrangiam fronteiras internacionais.

No caso do Amapá, em especial, cabe destaque para a sua localização territorial, considerada de importância estratégica e alvo de constantes e históricos litígios na região, que se estenderam desde a época colonial, bem como pela notória riqueza natural oriunda da região, que seria atrativo ao capital privado ao longo dos anos. A descoberta de manganês na região de Serra do Navio, na década de 1940, acentuou esse atrativo do capital internacional considerando a importância do minério para a fabricação de materiais bélicos durante a Segunda Guerra Mundial.

O Amapá como corolário das inúmeras propostas de redivisão territorial do país, algumas conflitantes e equivocadas, mas apresentadas ou defendidas por personagens cujo ideário era a preservação da integridade nacional destacava-se dos demais territórios amazônicos criados pelo presidente Getúlio Vargas por já haver sido tentado a autonomia em separado; pela estratégica posição geográfica e terem os norte americanos construído na área a base aérea militar, em 1942. (SANTOS, 2006, p.21).

O discurso nacionalista para a região durante o período Vargas, não pode ser interpretado apenas por uma perspectiva nacional, estando dentro de uma realidade internacional, de um mundo em guerra, que via a Amazônia como uma região rica em matéria-prima, capaz de contribuir para a indústria bélica. (LEAL, 2007, p.53).

O próximo passo seria a escolha e a nomeação dos governadores para cada um dos Territórios recém-criados. Para ocupar o cargo de Governador do Território Federal do Amapá, o presidente Vargas designou o Capitão Janary Gentil Nunes, à época com 31 anos de idade e possuía “... *méritos militares, o fato de ainda não ter exercido função civil, o amplo conhecimento da região...*” (SANTOS 2006, p.25).

O critério para nomear os governadores territoriais assemelhava-se ao iniciado na década de 30, com o advento do getulismo e a implantação do sistema de interventoria, como forma de administração dos estados. Isto é, priorizando também oficiais da ativa do Exército de patente intermediária e superior para administrá-los. (SANTOS, 2006, p.23)

No transcorrer do século XX, a região do Amapá assumia, cada vez mais, importância geopolítica dentro dos anseios governamentais. Não obstante, a região da fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa, no extremo norte, era considerada, entre todas as áreas de fronteira do Brasil, a menos povoada, tornando-a também, a mais vulnerável aos olhos do projeto varguista.

A defesa da fronteira setentrional tem sido uma preocupação constante na história brasileira, cujas manifestações podem ser observadas nas assinaturas de acordos diplomáticos, assim como na exploração de seu potencial natural, explicitando-se os interesses por sua ocupação desde o período colonial. O Amapá é um exemplo típico disso, tanto pela influência de Macapá, a construção de seus fortes, a implantação do Território Federal, a instalação do Projeto Calha Norte, como também pelas propostas de proteção e monitoramento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (PORTO, 2002, p.4)

De fato, para MEDEIROS (1946, *apud* PORTO, 2002) a criação do Território do Amapá atendia a dois objetivos intrinsecamente relacionados: o militar, que consistia em subsidiar os aparatos necessários visando à proteção da fronteira; e o administrativo, que consistia, consonante a efetivação dos imperativos defensivos, elencar propostas de cunho econômico e social, que proporcionassem o estabelecimento de um núcleo populacional permanente na região, superando o ameaçador “vazio demográfico”, além de evitar a possível e cada vez mais temerária penetração de influências ideológicas estrangeiras na região – “*focos de desnacionalização*” – (p.108).

[...] a criação deste Território possuía duplo objetivo: um administrativo e o outro militar. O primeiro visava organizar economicamente esta área; implantar núcleos governativos estaduais para impedir a formação de focos de desnacionalização; e estimular uma política de ocupação. O segundo tinha o intuito de proteger militarmente esta zona de fronteira de possíveis invasões, durante o da Segunda Guerra Mundial. (MEDEIROS, 1946, p.138-139, *apud* PORTO, 2002, p.108).

O período pós-30 inaugurou um novo olhar sobre as áreas de fronteiras do país, que modificou a prática política do Estado brasileiro com relação a esses espaços. Nesse período, com a soberania territorial brasileira alcançada, e com praticamente todos os limites territoriais devidamente delimitados, a modernidade passou a ser um ideal anunciado e a nacionalização o caminho para que o país alcançasse esse objetivo. (LEAL IN: AMARAL, 2011, p.98)

Para tanto, foi necessário a instauração nessas populações distantes, dos valores de identidade nacional (pertencimento), fortalecidas através das noções de Nação e Nacionalidade. Neste sentido, Leal (2007) indica que a criação do Território do Amapá “... *representou a conquista de uma identidade brasileira até então inexistente.*” (p.170). A falta de elementos que caracterizassem os princípios de nacionalidade e pertencimento nacional da população amapaense evidencia traços que “diminuem”, dentro do próprio discurso governamental, a História da região amapaense no período anterior a 1943.

A essência desta perspectiva histórica era a percepção de que o Amapá não possuía uma História – com “H” maiúsculo -, como se pensava à época, digna de figurar nos livros escolares antes de 1943. Só a partir da criação do Território Federal do Amapá e da chegada das instituições políticas e de seus governantes, é que o povo amapaense passaria a ter uma história própria. (COSTA IN: OLIVEIRA, 2009, p.145)

3.3 – A CHEGADA AO TERRITÓRIO E A “CONSTRUÇÃO DA CIVILIDADE”

À época da chegada de Janary Nunes ao Território do Amapá, em 1944, aproximadamente 92% da população vivia na zona rural (LEAL, 2007, p.14) e demonstrava-se desinteressada aos objetivos de progresso e desenvolvimento urbano do modelo varguista. O território caracterizava-se pela inexistência de estrutura urbana, produção agrícola voltada para o atendimento dos índices mínimos de subsistência, não havia fornecimento de energia elétrica e condições precárias de saúde pública, inexistência de estrutura de saneamento básico; o sistema educacional bastante rudimentar, voltado apenas para a alfabetização básica, em uma região “*inóspita, insalubre e isolada geograficamente*”. (SANTOS, 2006, p.9)

A preocupação com a defesa nacional como proposta de revitalização de espaços vazios e inabitados, ressaltada pelos idealizadores do projeto de criação dos Territórios Federais, foi preponderante em terras amapaenses. O Estado brasileiro percebia a ausência de elementos de nacionalização que sustentassem o domínio brasileiro sobre a região. (LEAL, 2007, p.81)

Dessa forma, Janary Nunes, atendendo as metas integracionistas e nacionalistas nacionais, estabeleceu como diretrizes de desenvolvimento da região, o trinômio “*sanear, educar e povoar*”.

Partiu, pois, de Janary Nunes, o governador indicado para o Território, a condução do processo de integração do Amapá ao Brasil, razão primeira da criação dessas unidades da federação. Como que reproduzindo em pequena escala o modo de fazer política de Getúlio Vargas em nível nacional, Janary Nunes elaborou um discurso no qual a formação da região, do seu progresso, a memória do seu passado, o modo pelo qual as transformações deviam ser postas em curso, tudo, enfim, que se referia ao futuro, surgia como sendo obra sua. (COELHO, 2004, p.153)

Janary Nunes recorreu amplamente à construção de um arcabouço imaginário que caracterizava o aspecto simbólico de sua nomeação enquanto governador do Território do Amapá. A construção desse discurso era cercada, muitas vezes, de contornos apologéticos, heróicos, e apoiado em uma retórica de traços populistas, procurando destacar-se como o “libertador” do Amapá das intempéries que o afligiam antes de sua chegada ao Território.

O primeiro governador do Amapá Janary Gentil Nunes tentou a todo custo difundir entre os amapaenses uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso, em todos os aspectos socioeconômicos. (LOBATO, 2013, p.11-12).

Para a superação da ineficácia no fornecimento de serviços públicos básicos, o governador Janary Nunes centrou-se em medidas para mudança do estilo de vida da população local para o desenvolvimento sociocultural e econômico, injetando os valores urbanos da modernidade vivenciada no Centro-Sul do país. Esta política doutrinária procurava regulamentar os vários aspectos da vida local; desde a exaltação de figuras e simbologias cívicas nacionais, regionais e locais, passando pelos aspectos educacionais, a valorização da “cultura central”, e influenciando até mesmo os hábitos alimentares dos moradores. Buscava-se, portanto, a formação/construção do “homem amapaense” enquanto legítimo “cidadão brasileiro”, procurando inculcar neste, os valores morais, cívicos e urbanos “necessários” ao desenvolvimento da região.

Através de textos e pronunciamentos cuidadosamente elaborados e em linguagem imperativa, objetivava-se falar diretamente ao ‘típico homem amazônico’ – o caboclo – o qual, se dizia, era vitimado por diversas moléstias endêmicas desde a mais tenra idade, mas mesmo assim, considerado um ‘herói, um desbravador’, por conseguir sobreviver em meio a uma natureza selvagem e inóspita. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se afirmava que estes homens e mulheres viviam de uma forma ‘brutalizada’, reconhecia-se que essa brutalidade não era permanente e muito menos inata. Bastava que lhes fossem dadas ‘condições civilizadas de existência’ para que essa população subisse vários degraus na escala da evolução social. (PAZ IN: AMARAL, 2011, p.473).

Neste sentido, PAZ¹ (2011) afirma que “*a busca pelo desenvolvimento almejado pelo governo territorial passava pela necessária negação e reformulação do tipo de sociedade que existia no Amapá antes da criação do território federal (p.23-24)*”. A população local apresentava pouco tino para estabelecer metas e planejamento a médio e longo prazo (incapacidade de previdência, falta de ambição), evidenciado através das formas de produção agrícola e extrativismo florestal voltadas exclusivamente para a garantia das condições mínimas de subsistência, o que ia de encontro ao modelo de desenvolvimento pretendido, que visava, entre outras, o aumento da produtividade diária de trabalho e o acúmulo material. Acondicionar o modo de vida do homem amapaense à lógica do sistema econômico produtivo moderno era necessário.

Com o objetivo vislumbrado de formação de uma identidade sociocultural do homem amapaense ligada aos valores da modernidade e da civilidade urbana, o governo janarista procurava desqualificar elementos embrionários da cultura local, atrelando-os e condicionando-os ao atraso socioeconômico ao qual era submetido o Território do Amapá.

¹ Ainda segundo o autor, Janary, ao exaltar o “mito da viagem” de Mario Cruz, garimpeiro que descobriu as primeiras evidências de manganês na região de Serra do Navio, buscava fortalecer a imagem de um governo que sabia reconhecer e retribuir os esforços e talentos do homem local. PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica* (1943-1964). Campinas, 2011. p. 24.

Desse modo, a política de valorização do caboclo amapaense durante o primeiro governo territorial do Amapá implicava, contraditoriamente, a desvalorização de todo seu arcabouço cultural e de todas as formas de reprodução material às margens dos rios, igarapés e no interior da floresta [...] o que se pretendia, de fato, era uma profunda e irreversível transformação nos seus hábitos e costumes tradicionais, objetivando sua inserção em uma economia de mercado plenamente desenvolvida o mais breve possível. (PAZ, 2011, p.27)

Esse processo de formação de um “novo homem” inseria-se na proposta nacionalista e integracionista (estimulada a partir do governo de Vargas, em 1930) de propagação dos valores morais e cívicos nos lugares mais remotos da nação, tendo em vista a garantia do fortalecimento do Estado Nacional.

O projeto janarista não tinha como meta meramente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos. Este objetivo era coerente com as expectativas do Executivo Federal – o que era fundamental para a permanência de Janary no governo - mas, em muitos aspectos, se chocava com o modo de vida da maior parte da população territorial. Por este motivo, a narrativa governamental dirigida aos habitantes do Amapá – mais do que mera propaganda – tinha um forte sentido pedagógico (de exaltação do futuro, em detrimento do passado e do presente). Isto derivava principalmente do fato de que Janary sabia que não atingiria suas metas sem a colaboração dos mais amplos setores da sociedade local. O papel ativo do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira se revelou no Amapá e na Amazônia de forma mais ostensiva e ampla. (LOBATO, 2009, p.35-36)

O ímpeto Janarista de “civilização” do homem local perpassava, antes de tudo, pelo “menosprezo” do seu modo de vida nativo, que era oposto aos anseios de constituição de um homem “moderno”, este sim atrelado à lógica capitalista e às perspectivas socioculturais dos grandes centros urbanos. Apoiava-se, para tanto, amplamente nos meios de comunicação oficiais, que por muitas vezes não escondiam o caráter doutrinário “civilizatório” de seus discursos.

As campanhas “civilizatórias” projetadas pelo governador Janary Nunes, tanto as impressas (jornal *Amapá*², principal jornal de circulação no Território e destacado meio impresso de propaganda governamental), quanto às produções radiofônicas³, surtiam, no início do governo janarista, efeitos de curto alcance, tendo em vista que maioria da população territorial ser composta de analfabetos e semianalfabetos, e, ao mesmo tempo, não possuem recursos econômicos que possibilitassem a aquisição de aparelhos de rádio, além da já explicitada precariedade no fornecimento de energia elétrica em grande parte do Território.

² Jornal impresso, fundado em 1945, tendo sua circulação sido extinta em 1976. Sua linha editorial se caracterizava pela intensiva propaganda dos atos governamentais.

³ A divulgação dos feitos governamentais pelo meio radiofônico era realizada através da *Rádio Difusora de Macapá*, que teve seu funcionamento iniciado em 1946, persistindo até os dias atuais, ainda caracterizada pela ampla propaganda governamental.

A propaganda governamental se sustentava nos serviços de aparelhamento urbano que se intensificavam aos olhos da população. Esta, por sua vez, acompanhava cada vez mais de perto a atuação estatal, depois de um período longo de descaso (ou pouco caso) por parte das autoridades locais.

A narrativa da modernização do Amapá se difundia, antes de tudo, por meio das obras e serviços implementados pelo novo governo territorial. Ainda que muitos amapaenses não tivessem clara noção do sentido mais ambicioso do projeto janarista, podiam claramente perceber a interrupção de uma fase de ampla indiferença estatal. As mudanças realizadas eram suficientemente expressivas, ou seja, era impossível não ver várias alterações na paisagem e no cotidiano amapaense. Estas mudanças eram signos da presença efetiva do governo na vida regular dos populares. (LOBATO, 2009, p.33).

Ainda referindo-se aos discursos veiculados na imprensa oficial, cabe importante destaque para o periódico *Amapá*, que buscou dar conta e uma representação do Estado, da região, da memória regional e nacional. Por se tratar de órgão da administração pública, esteve submetido diretamente aos interesses dos governantes. A busca pela injeção dos valores patrióticos, cívicos, urbanos, alimentares e até mesmo higiênicos teve seu alicerce nos discursos veiculados na imprensa oficial⁴. O Serviço de Imprensa e Propaganda – SIP, criado em 1944, gerenciava todas as divulgações dos atos governamentais no Território, além de ser responsável pela realização e convocação para participação nos eventos cívicos organizados pelo Governo. (COELHO, 2004, p.149).

Afim de superar o analfabetismo e baixas condições econômicas e ainda, ampliar seus resultados, o governo janarista utilizou-se de estratégias de caráter cada vez mais pedagógicas, encontrando na escola o espaço ideal para a formação de uma nova mentalidade, arraigada aos valores da modernidade urbana, social e econômica. Os objetivos políticos janaristas passavam pela influência do discurso governamental no ambiente escolar, buscando o estabelecimento de uma “*modernização autoritária*” (LOBATO, 2013, p.31)

A preocupação do governador em desenvolver um processo pedagógico, que tivesse impacto em todas as manifestações da vida do caboclo amapaense, materializou-se através da adoção de uma postura que pretendia atingi-lo nos diversos níveis da sua existência social. [...] Assim, justificavam-se as iniciativas no sentido de reformular sua dieta alimentar, os seus hábitos de higiene [...] Pretendia-se assim, prepará-lo para uma dinâmica que ultrapassasse a preocupação com a manutenção da subsistência e que estivesse ocupada com a produção de excedentes que trouxessem a riqueza e instituíssem o progresso. (COELHO, 2004, p.159-160)

Dessa forma, Janary ampliou consideravelmente o número de escolas em funcionamento no Território, passando para 31 escolas e atendendo um total de 742 alunos até

⁴ Mauro Cezar Coelho (2004) afirma que o que houve, de fato, foi uma intervenção por parte do Governo janarista, em todas as atividades da vida do caboclo (p.157). Os objetivos almejados e os meios para alcançá-los tornavam-se cada vez mais evidentes.

o quinto ano. O quadro de professores era composto de funcionários públicos de nível médio ou superior residentes no Amapá, além daqueles trazidos do Pará e do Nordeste do país. Ao chegar à região, eram orientados à total concordância com os anseios políticos janaristas e tiveram importância significativa para a propagação do discurso que alimentava o imaginário heroico em torno de Janary Nunes. A expansão escolar se consolidava, e o processo educacional se adaptava cada vez mais à ambição janarista de hegemonia e longevidade no poder.

A exaltação dos valores e símbolos cívicos nacionais era evocada nas escolas através de práticas diárias: o hasteamento da bandeira – e eventos que adquiriam cada vez mais prestígio social (desfiles escolares cívicos); as disciplinas como Educação Moral e Cívica; a Semana da Pátria (de 7 à 13 de Setembro – alusivas às datas da Independência do Brasil e da criação do Território do Amapá); lembranças de importantes datas, bem como de personagens heroicos que contribuíram para o desenvolvimento nacional e regional.

O aspecto militarista da educação brasileira, marcante na primeira metade do século XX, foi determinante para a popularização destas práticas nas escolas. Os alunos eram obrigados a comparecer aos desfiles organizados pelo Governo. Janary aproveitava estes eventos para estabelecer uma proximidade com o povo. Os eventos cívicos assumiam contornos de “*momentos de doutrinação patriótica, de conquista de adeptos para a execução do programa de governo janarista.*” (LEAL IN: OLIVEIRA, 2009, p.271).

Estava em evidência o direcionamento de uma política que pretendia construir a identidade brasileira do homem amapaense. [...] O governo janarista pretendeu criar o “amapaense brasileiro” integrado ao país através da fusão das duas identidades: a local e a nacional. (LEAL IN: OLIVEIRA, 2009, p.288-289)

Importante observar, que, para além do caráter doutrinário que visava inserir os hábitos de exaltação dos valores e símbolos cívicos na sociedade amapaense, inculcando-lhe a noção de pertencimento nacional, todo esse arcabouço cívico e patriótico fomentado na população local buscava também combater possíveis influências socioculturais oriundas da fronteira ao extremo norte com a Guiana Francesa.

A ruralização do ensino, assim como a instituição do ensino industrial, através da criação da Escola Industrial de Macapá funcionaram como elementos importantes da proposta de desenvolvimento do governo Janary Nunes, fomentando as bases de “inserção” do homem amapaense, desde jovem, à lógica produtiva, do trabalho ordenado, do capitalismo industrial, do acúmulo material, da compreensão da importância do trabalho como um direito e um dever.

A política educacional janarista objetivava revigorar o homem regional para que ele pudesse ajudar a alavancar o desenvolvimento do país. [...] Portanto, o ensino rural, sem prejuízo de suas especificidades, fazia parte de um amplo planejamento, cujo objetivo era a formação de um novo homem, plenamente adequado às exigências da modernização econômica, da consolidação do capitalismo nacional. A produção rural ultrapassaria os limites da subsistência, gerando um excedente regional que abasteceria os centros urbanos do Brasil. A integração nacional seria resultado do trabalho de fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política. (LOBATO, 2009, p.57)

Janary governou o Território do Amapá até 1956. Neste ano, o presidente Juscelino Kubistchek o nomeia Presidente da PETROBRAS. Em 1958, é nomeado Embaixador do Brasil na Turquia. Retorna ao cenário político amapaense em 1962, quando é eleito Deputado Federal do Território, sendo reeleito em 1966, exercendo mandato até 1970, quando é derrotado no pleito eleitoral e se retira da vida política.

Muito dos aspectos simbólicos e apologéticos construídos em torno da figura de Janary Nunes devem-se à sua influência exercida no discurso (re) produzido no Amapá à época de seu governo, e que geram ainda intensos debates acerca de suas práticas políticas e governamentais. No período de sua nomeação como governador do Território, em 1943, a região do Amapá vivia um quadro de “abandono”, relegada pelos governantes locais. Esse quadro pode ser verificado através do alto número de analfabetos e pela baixa densidade populacional, aspectos considerados à época da chegada de Janary.

Buscando efetivar, em menor escala, as proposições nacionalistas e integracionistas propostas por Vargas em escala global, Janary Nunes se valeu do discurso do desenvolvimento territorial, da valorização da figura do caboclo e da exaltação patriótica, comuns em seus artigos publicados no jornal *Amapá*. Através dessas ações e discursos, Janary colocava-se como o “fundador” do Amapá. Desta forma, buscava fincar as bases para a construção e consolidação de sua hegemonia política, em uma região durante muito tempo relegada e subjugada, porém que se mostrava rica em recursos naturais, e que seria bastante atrativa ao capital privado ao longo do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a região do Cabo Norte, primeiramente, depois região do Amapá, foi um território que, nos primeiros anos de arrendamento, não atraiu grande atenção das autoridades em ocupá-la, devido à distância que havia entre o centro da Coroa no Brasil à longínqua região do norte.

Por isso, a imagem que a região do Cabo Norte dava para as autoridades era uma região que necessitava povoar, a qualquer custo, principalmente após a descoberta de riquezas minerais na região. Somado a isso, países estrangeiros encheram os olhos a fim de conquistar esta região que o Brasil não dava tanta atenção devida.

Num primeiro momento a região, que anos mais tarde seria conhecida como Contestado, seria vista como uma plaga que necessitava de povoamento de brasileiros, com a desculpa que esta região seria, de fato e de pertencimento, ao Brasil. Noutras palavras: era necessário povoar, habitar, abrasileirar a região do Cabo Norte.

Décadas mais tarde, com a região do Contestado sendo legalmente integrada ao Brasil pelo Laudo Suíço, as autoridades brasileiras investiram somas de dinheiro e pessoas para por em prática as necessárias políticas públicas no intuito de habitar a região. Quais sejam: os famosos projetos faraônicos que foram dispensadas à região amazônica: projeto Jari, entre outras.

É necessário mencionar também a contribuição de Janary Nunes neste processo, no qual sem suas mãos e mentalidade, os processos que integrou a região do Amapá – outra região que era conhecida como vazia – para uma união sistemática para com o resto do país.

Ademais, é importante frisar que tais políticas públicas em razão de povoar a região amazônica não foi, em parte, contribuidora para alavancar um êxodo para o estado do Amapá – não citamos o processo de zona franca – para citarmos outros empreendimentos que visavam sucessos de povoamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; GOMES, Flávio dos Santos. **Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas fugitivos e fronteiriças no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII)**. Revista de história, 149. 2ª edição, 2003.
- COELHO, Mauro Cezar. *De caboclo a brasileiro: Estado e Nacionalidade no Território Federal do Amapá*. Revista *Saeculum*, N° 10, 2004. p. 141-162.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Os governos territoriais do Amapá e a substituição dos rios por estradas: hidrografia, cultura e progresso*. IN: OLIVEIRA, Augusto. *Amazônia, Amapá: escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p.143-171.
- CRUZ, Edson Madureira & OLIVEIRA, Rosália Maria de. *República ditatorial e repressão: Relatos de vida dos colonos e Deportados de Oiapoque. (1922-1926)*. (Monografia de Conclusão de Curso). Macapá, 2006.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira**. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Flávio dos Santos Gomes (org.). Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.
- GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Amazônia, fronteiras identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)**. Lusotopia, 2002/1: 25-49.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HEYMANN, Luciana. **De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- _____. **Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.
- JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco**. / A. G. de Araújo Jorge. – Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos).
- LEAL, Maura. *Integração, nacionalização e povoamento nas margens do Território Nacional*. IN: AMARAL, Alexandre [et. al]. *Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá*. Belém. Editora Açáí, 2011. p. 95-113.

_____. *A mística do Amapá: a invenção do homem amapaense-brasileiro*. IN: OLIVEIRA, Augusto. *Amazônia, Amapá: escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 267-295.

_____. *A (onto) gênese da Nação nas margens do Território nacional: “O projeto janarista territorial para o Amapá” (1944-1956)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2013.

_____. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX**. *Estudos Históricos*, 2000/25. pp. 63-69.

MARTINS, Carmentila das Chagas. **Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global**. / Carmentila das Chagas Martins. Brasília: UNB, 2008.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. **O relato biográfico como fonte para a história**. *VIDYA*, Santa Maria (RS), nº34, p. 101-122, jul./dez. 2000

PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Caboclos, extrativistas e operários: a formação da mão de obra industrial na Amazônia nos anos de 1940*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, nº 9, Janeiro-Junho de 2013, p. 171-187.

_____. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. Campinas – SP, 2011.

_____. *Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950*. IN: AMARAL, Alexandre [et. al]. *Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá*. Belém. Editora Açai, 2011. p.461-480.

PORTO, Jadson Luis Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. Campinas – SP, 2002.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. **História, mito e memória: Cunani e outras Repúblicas**. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Flávio dos Santos Gomes (org.). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

ROMANI, Carlo. **A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque.** Antíteses, vol. 3, n. 5, Jan-jun. 2010. pp. 145-169. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antíteses>.

ROMANI, Carlo Maurizio. **Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927).** Tese de Doutorado. Unicamp, São Paulo. 2003.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970).** Belém: Grafimorte Ind. e Comércio, 2006.

SANTOS CARDOSO, Francinete do Socorro. **Entre conflitos, negociações e representações. O contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX.** Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2008.

_____. **O Contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações.** In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas, (org.). Faces da história da Amazônia / Organização de Fernando Arthur de Freitas Neves e Maria Roseane Pinto Lima – Belém: Paka-Tatu, 2006.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa.** / José Sarney & Pedro Costa – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. (2ª edição) – (Coleção Brasil 500 anos).

SILVA, Maura Leal da. **A (onto)gênese da nação nas margens do território Nacional: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956).** Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 2007.

SOUZA, Maria de Fátima Rufino de; SILVA, Maria Zélia Marques da. **Bolívar, para além das representações e discursos políticos: as influências da construção do “herói” na América Latina e na historiografia. Ameríndia.** Vol. 5, n. 1/2008. pp. 1-14

Internet:

http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/historia/base_aerea.jsp (acesso em 07 de setembro de 2016).